

ILMA SRA. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ - RJ.

Ref.: Concorrência Pública nº 001/2024.
Processo Administrativo nº 15491/2023

UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.354.917/0001-10, com sede à Rua Marília Peixoto de Aquino, nº 1, Centro, São João da Barra, RJ, CEP: 28.200-000, por intermédio do seu Representante Legal abaixo assinado, vem, respeitosamente apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO** interposto pela empresa QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA S/A., com fulcro no item 19.2 do Edital, nos seguintes termos:

I – TEMPESTIVIDADE

A comunicação do recurso interposto pela empresa QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA S/A, se deu por e-mail em de 17 de outubro de 2024. Conforme o item 19.2 do edital, a Comissão Permanente de Licitação dará ciência dos recursos aos demais licitantes

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Por força do art. 110 da Lei 8.666/93, na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vejamos:

Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Dessa forma, excluindo-se a data de ciência do recurso, o prazo final para apresentação das contrarrazões se dará em 24 de outubro de 2024. Portanto, a presente contrarrazão é plenamente tempestiva.

II – DAS ALEGAÇÕES INFUNDADAS DA RECORRENTE

Trata-se de recurso interposto em face da declaração de habilitação da empresa União Norte Fluminense Engenharia e Comércio Ltda., ora Recorrida.

Segundo alega a Recorrente, a empresa Recorrida não teria cumprido todos os requisitos de habilitação exigidos no edital, mais especificamente a qualificação-técnica operacional e profissional exigidas nos itens 11.4.3 e 11.4.4.

Dentro desta questão, afirma que os atestados de capacidade técnica apresentados pela licitante não possuem elementos mínimos de aceitabilidade.

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



Ademais, aduz que os citados atestados da Recorrida não cumpre os quantitativos mínimos de experiência anterior exigidos no edital, além de suscitar a desconsideração de alguns atestados arguindo graves indícios de irregularidades.

No entanto, as alegações da Recorrente não passam de mera e descabida insurgência de quem prefere não ter concorrentes.

III – DAS RAZÕES DE DESPROVIMENTO DO RECURSO

Inicialmente a Recorrente alega indícios de irregularidades em 06 (seis) dos 07 (sete) atestados apresentados pela UNIÃO NORTE, alegando o seguinte:

18. As irregularidades detectadas pela equipe técnica da Recorrente nos referidos atestados englobam, em síntese, **divergências substanciais nas informações apresentadas, inconsistências**

quanto ao escopo dos serviços efetivamente prestados, dúvidas acerca da participação real da empresa na execução de serviços similares ao objeto licitado, além de questionamentos sobre a autenticidade das informações neles contidas.

19. Ademais, a simples análise dos quantitativos indicados nos atestados de capacidade técnica evidencia que os mesmos **não atingem os valores mínimos exigidos** para os serviços cuja comprovação é expressamente requerida pelo edital

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



Como se evidenciará a UNIÃO NORTE apresentou todos os seus atestados devidamente averbados no Conselho competente e demonstrará ponto a ponto as infundadas alegações da Recorrente.

**III.I – DO ATESTADO DO CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DO
MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS/RJ – CAT 108531/2024**

A Recorrente argumenta falaciosamente que o atestado de capacidade técnica do Centro de Tratamento de Resíduos do Município de Três Rios apresenta inconsistência na indicação dos responsáveis técnicos, que as atividades extrapolam as competências do engenheiro civil, que os serviços como plantio de grama e o tratamento físico-químico de chorume não podem ser legalmente executados ou supervisionados por engenheiros civis, vejamos:

22. Em primeiro lugar, observa-se uma suposta inconsistência na indicação dos responsáveis técnicos, eis que supostamente os profissionais indicados não possuem a habilitação necessária para a execução de todos os serviços prestados. Explicamos:

23. O atestado indica a realização de três fases distintas de execução dos serviços que compõem o objeto:

- **Fase de projetos** (2014 a 2015), sob responsabilidade exclusiva do Engenheiro Civil Rodolfo Moulin Pinheiro;
- **Primeira fase de execução** (meados de 2017), contando com os engenheiros civis Rodolfo Moulin Pinheiro, Hugo Aquino Neto e Max Jeronimo Zulchner;
- **Segunda fase de execução** (2019 a 2024), novamente sob a responsabilidade exclusiva do Engenheiro Civil Rodolfo Moulin Pinheiro.

24. No entanto, o escopo de serviços contemplado no atestado, **especialmente na primeira e segunda fase de execução**, inclui atividades que **extrapolam as competências dos engenheiros civis citados**, configurando uma suposta prática irregular de execução de serviços de engenharia sem os responsáveis técnicos adequados.

Matriz
Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro
Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios
Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



25. O atestado inclui, por exemplo, serviços como **plantio de grama e o tratamento físico-químico de chorume, que não podem ser legalmente executados ou supervisionados por engenheiros civis.**

26. O **plantio de grama**, conforme as normativas técnicas aplicáveis, deve ser supervisionado e conduzido por **engenheiros agrônomos ou engenheiros florestais**, profissionais capacitados e devidamente habilitados para tal função. Contudo, não há qualquer menção no atestado à participação desses profissionais, sendo supostamente inadequada e juridicamente inviável a atribuição desse serviço a engenheiros civis, que não possuem competência técnica para execução e supervisão atividades dessa natureza segundo o CONFEA.

Pois bem! Esta explanação carece de elementos legais, visto que a empresa Recorrida cumpriu todos os requisitos de qualificação técnica, sendo devidamente habilitada pela Comissão Permanente de Licitação.

O primeiro ponto a ser observado é o que presente atestado objeto deste questionamento descabido, serve para comprovar o quantitativo realizado pela empresa e não pelo profissional. Tal argumentação não se sustenta isso porque a Certidão de Acervo Técnico é o instrumento que certifica a anotação de responsabilidade técnica pelas atividades desempenhadas por um determinado profissional, e não da empresa, conforme se observa em análise ao art. 49 da Resolução nº 1.025/2009 do CONFEA, in verbis:

Art. 49. A Certidão de Acervo Técnico - CA T é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.



Por sua vez, o art. 2º da Resolução nº 1.025/2009 do CONFEA, define que a Anotação de Responsabilidade Técnica é o instrumento que indica os responsáveis técnicos pela execução de obras e prestação de serviços inerentes às profissões abrangidas pelo CONFEA/CREA. Vejamos:

Art. 2º A ART é o instrumento que define, para as efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Nesse sentido, é mister esclarecer que a empresa União Norte Fluminense Engenharia e Comércio Ltda possui registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro - CREA/RJ, sob o n.º 2002201580, haja vista o fato de exercer os seguintes ramos de atividades em sua certidão:

RAMOS ATIVIDADE :

105-0	OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL
201-0	OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA
203-0	OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRONICA
204-0	OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA DE TELECOMUNICACOES
302-2	OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA MECANICA / SERVICOS DE INSTALACAO, MONTAGEM, MANUTENCAO OU REPARO
501-1360	OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA AGRONOMICA / PARQUES E JARDINS
1050-0	OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL / OS ENGA CIVIL
3070-0	OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA QUIMICA / OS ENG QUIMICA
7011-0	ENG SEG TRABALHO / SERVICO ESPECIALIZADO DE ENGA D

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

7

A Resolução nº 1.025/2009 evidencia que a Certidão de Acervo Técnico -CAT deve ser requerida ao CREA pelo profissional, com as especificações dos Atestados de Responsabilidade Técnica - ART's que deverão constar da certidão, assim como veda de forma expressa a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica, ressaltando que a CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica apenas nos casos em que o responsável técnico indicado nas ART's estiver a ela vinculado, na forma do que dispõe os artigos 50 e 55, caput e parágrafo único, in verbis:

Art. 50. A CAT deve ser requerida ao Crea pelo profissional por meio de formulário própria, conforme a Anexo III, com indicação do período ou especificação do número dos ARTs que constarão da certidão.

Art. 55. É vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica.

Parágrafo único. A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico.

Para evitar quaisquer dúvidas, a Resolução nº 1.025/2009 afirma ainda, no bojo de seu art. 47, que "o acervo técnico é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica", bem como que é o conjunto de acervos técnicos dos profissionais vinculados à empresa que representa a capacidade técnica da mesma, vide o disposto no art. 48:

Matriz


Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



Acerca da diferenciação da qualificação técnica-operacional e qualificação técnica-profissional, cabe a citação de trecho da obra do Professor Marçal Justen Filho, in verbis:

A qualificação técnica operacional consiste em qualidade pertinente às empresas que participam da licitação. Envolve a comprovação de que a empresa, como unidade jurídica e econômica, participara anteriormente de contrata cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública.

Por outro lado, utiliza-se a expressão qualificação técnica profissional para indicar a existência, nos quadros (permanentes) de uma empresa, de profissionais em cujo acervo técnico constasse a responsabilidade pela execução de obra similar àquela pretendida pela Administração. A questão da qualificação técnica profissional somente pode ser compreendida em face de obras e serviços de engenharia. É que a legislação que regula a profissão subordina a realização de qualquer obra ou serviço de engenharia a um controle específico em face dos órgãos de classe (Crea). Esse controle envolve a participação e a responsabilidade técnica de um profissional (pessoa física) regularmente inscrito em face do Crea. Veja-se que o profissional que é indicado como "responsável técnico" não é, na quase totalidade dos casos, parte da relação contratual. A obra ou

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



serviço de engenharia é contratada com uma certa pessoa jurídica. A responsabilidade técnica é de uma pessoa física - que pode ser sócia, empregada ou contratada pela empresa que participa da contratação para execução da obra ou serviço de engenharia.

Em síntese, a qualificação técnica operacional é um requisito referente à empresa que pretende executar a obra ou serviço licitados. Já a qualificação técnica profissional é requisito referente às pessoas físicas que prestam serviços à empresa licitante (ou contratada pela Administração Pública)

Justen Filho, Marçal. Comentários à lei de licitações e Contratos Administrativos: lei 8.666/1993. 18. Ed. Ver., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 726/ 727.

Isto posto, a competência PROFISSIONAL para a realização do plantio de grama está no atestado, CAT 6577/2010, emitido pela Prefeitura Municipal de São João da Barra, o qual possui averbação para o Engenheiro Agrônomo Antonio Carlos da Gama Rodrigues, prevista nas páginas 107 até 126 da sua documentação de habilitação.

Ademais, a CAT 6577/2010 possui o quantitativo de 6.263.647,00 m², devidamente executado pela empresa UNIÃO NORTE, vejamos:

Manutenção e recomposição de áreas ajardinadas, incluindo corte de folhas e ramos secos, retirada de parasitas, limpeza, plantio e replantio de mudas ornamentais, grama e arbustos, poda de arvores, manutenção de áreas ensaibradas, adubação, fornecimento e espalhamento de terra preta, execução e recuperação de golos de arvores e calçadas, frades e mobiliário publico. Total de 6.263.647,00 m².

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

Portanto, por qualquer ângulo que se observa nos atestados apresentados pela UNIÃO NORTE, podemos verificar o atendimento muito superior ao exigido no edital para o plantio de grama, visto que o atestado questionado pela empresa contém a quantidade de 192.864,00m², sendo a quantidade exigida no edital de 79.462,94 m². vejamos o item extraído do atestado da UNIÃO NORTE:

Implantação de Vestiário, com 71,45m ² , em blocos de concreto estrutural, com fundação em sapatas, viga baldrame de ligação e radier 22mpa com 25cm, cobertura em fibrocimento e calhas em alumínio com capacidade de 40 pessoas por turno;	m ²	71,45
Fornecimento e plantio de grama em placas	m ²	192.864,00

Já o tratamento físico-químico contém o quantitativo de 54.750,00 m³ para a qualificação técnico-operacional:



Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
 Centro – São João da Barra/RJ
 CEP: 28.200-200
 Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
 Centro – Rio de Janeiro/RJ
 CEP: 20.011-000
 Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
 Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
 CEP: 25.820-060
 Tel/Fax.: (24) 2251-1189

ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE CHORUME		
Construção de sistema de recalque de chorume até a estação de tratamento.	m	260,00
Implantação de conjunto Reatores de Tratamento físico-químico primário + secundário	un	3,00
Construção de estação de tratamento de chorume, pelo sistema de osmose reversa.	un	1,00
Construção de lagoas de efluente bruto, escavado em solo e revestido em manta PEAD.	m³	1.034,06
Construção de lagoas de efluente tratado, escavado em solo e revestido em manta PEAD.	m³	918,79
Fornecimento e implantação de máquina prensadora de lodo modelo LINPRESS 300 - 2 - C2 - A, com capacidade nominal para 10m³/h a 80% de umidade	un	1,00
Tratamento do chorume sob a técnica da osmose reversa, incluindo fases primária, secundária e terciária, tendo como efluente resultante água de reuso	m³	54.750,00

Agora, para atendimento da qualificação técnico-profissional, a qual não admite exigência de quantidade, o atestado precisa estar averbado no Conselho competente, conforme preceitua o item 14.4.4 do edital:

11.4.4 - Para a qualificação técnico-profissional deverá ser apresentado comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de um ou mais atestados expedido por pessoa jurídica de Direito público ou Privado, devidamente averbado no CREA, acompanhados da Certidão de Acervo Técnico (CAT), os quais comprovem que o profissional possui experiência na execução dos serviços similares e equivalentes aos serviços de recuperação de vazadouro ou lixão ou ainda de operação de aterro sanitário, limitada a exigência de comprovação dessa

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
 Centro – São João da Barra/RJ
 CEP: 28.200-200
 Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
 Centro – Rio de Janeiro/RJ
 CEP: 20.011-000
 Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
 Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
 CEP: 25.820-060
 Tel/Fax.: (24) 2251-1189

experiência às parcelas de maior relevância técnica dos serviços executados, conforme especificado a seguir:

12

DESCRIÇÃO	UND
Transporte com caminhão basculante de 6m3, em via urbana pavimentada, DMT acima de 30 km (unidade: m3xkm). Af 01/2018	t x km
Argila ou barro para aterro/reaterro (retirado na jazida, sem transporte).	m³
Geomembrana em pead, espessura 0,8mm, em revestimento impermeabilizante, aplicações de contenção de fluidos e resíduos, inclusive solda por termo fusão, abraçadeiras, insertes, conexões e demais acessórios. Fornecimento e colocação.	m²
Manta geotêxtil, de 100% polipropileno ou 100% poliéster, em drenos subterrâneos, fornecimento e colocação.	m²
Plantio de grama em placas tipo esmeralda, inclusive fornecimento da grama, exclusive transporte, preparo do terreno e material para este.	m²
Tratamento Físico-Químico de chorume para transformação em Água de Reuso	M³
Aterro Com Material De 1ª Categoria, Espalhado Por Trator Com Potência Em Torno De 140CV Com Lâmina, Em Camadas De 20CM De Material Adensado, Regado Por Caminhão Tanque E Compactado A 90% Com Rolo Pé De Carneiro Convencional, De 2 (Dois) Cilindros, Rebocado Por Trator De Pneus, Intervindo 2(Dois) Serventes, Exclusive O Fornecimento Da Terra	m³
Projeto Executivo de Aterro Sanitário com Licenciamento Ambiental	Und
Encerramento de Lixão	Und

Dessa forma, o mesmo é apresentado na CAT 95830/2024, emitido pelo Consórcio Público Centro Sul 1, que tem como responsável técnico o engenheiro químico Kevin Moulin da Costa, páginas 197 até 203 da sua documentação de habilitação, o qual comprova a exigência técnico-profissional, vejamos:

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
95830/2024
Atividade em andamento

13

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de Outubro de 2009, do Confea que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro - Crea-RJ, o Acervo Técnico do profissional KEVIN MOULIN DA COSTA referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: KEVIN MOULIN DA COSTA
Registro: 2018116166 RNP: 2017733520
Título Profissional: ENGENHEIRO QUÍMICO e ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Projeto, implantação e operação de estação de tratamento de chorume com tratamento biológico, físico, químico, filtração, nano filtração, osmose reversa e todas as unidades e equipamentos correspondentes e necessários para atendimento aos padrões da Resolução CONAMA Nº 430 11 Tratamento biológico, físico, químico, nano filtração e osmose reversa de chorume no quantitativo de 98.550 m³, resultando o efluente final em água de reuso
Projeto, implantação e operação de 6 lagoas tanques escavados e impermeabilizados para

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS CENTRO SUL I
AV. ANTÔNIO MAURÍCIO, 173 N - CENTRO - ENG. PAULO DE FRONTIN - CEP: 26.650-000

Portanto, a UNIÃO NORTE comprova o plantio de grama e o tratamento físico-químico tanto para a empresa como para o profissional.

Em um segundo ponto, alega que o mesmo atestado apresenta descompasso entre o atestado e a realidade do empreendimento, evidenciando possível insatisfatoriedade dos serviços prestados, vejamos:

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro - São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro - Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo - Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

29. O segundo ponto de potencial irregularidade a ser observado neste atestado é o suposto descompasso entre o atestado e a realidade do empreendimento, evidenciando possível insatisfatoriedade dos serviços prestados pela Recorrida.

30. Além das inconsistências técnicas mencionadas, há supostos indícios de que os serviços de remediação ambiental alegados no atestado não foram executados de maneira satisfatória pela União Norte Fluminense. O atestado descreve a implantação e operação de remediação de área degradada, especificamente em um antigo lixão, sugerindo que a empresa realizou as ações necessárias para mitigar os impactos ambientais. No entanto, a realidade observada no local contradiz diretamente o que foi declarado no documento.

31. Em visita recente à área, foram constatados supostamente a existência de resíduos expostos a céu aberto, sem a devida cobertura ou tratamento, bem como focos de incêndio, que geram fumaça intensa, comprometendo ainda mais o ambiente. A suposta situação de abandono e descuido com a área remediada revela indícios de que a execução prática do serviço foi inadequada, comprometendo a qualidade e a segurança ambiental da região.

Tais alegações não passam de meras argumentações pífias para tentar desqualificar os serviços executados satisfatoriamente pela UNIÃO NORTE. A Recorrente apresenta fotos sem nenhuma referência e fora do contexto do que é exigido no edital. As fotos oriundas do seu recurso são pertinentes à operação dos serviços e não da área recuperada. Para reestabelecer a verdade dos fatos, seguem fotos:

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



Foto Aérea da Área Administrativa, Estação de Tratamento de Chorume e Planta de Geração de Energia.



Foto Aérea da Área Administrativa e Estação de Tratamento de Chorume.

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

[Handwritten signature]



Foto Aérea de todo o Aterro Sanitário de Três Rios.



Foto Aérea do Maciço de Lixo - Área de Expansão.

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

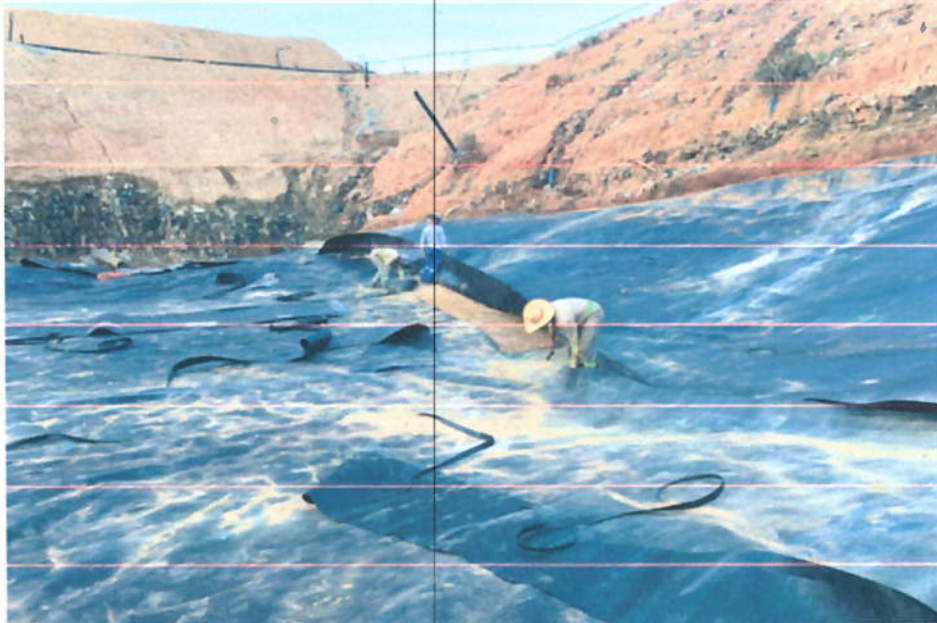
Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

P



Aplicação de Geomembrana para proteção do solo.



Cobertura vegetal sobre os taludes para estabilidade e combate a erosão.

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 – 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

P

O restante das fotos da implantação seguem anexo.

Na ausência de qualquer fundamento jurídico plausível para sustentar as suas razões recursais, a Recorrente se esmera em levantar suspeitas levianas sobre a efetividade dos serviços executados pela UNIÃO NORTE e, para tanto, promove a juntada de notas publicadas por jornalistas. Trata-se de apenas mais um artifício voltado para mascarar a sua ineficiência operacional, numa tentativa desesperada de vencer sozinha a qualquer custo, sem nenhuma justificativa dentro da Legalidade e de direito.

É lamentável que a Recorrente adote uma estratégia tão desleal e rasteira, tentando ludibriar esta Douta Comissão Permanente de Licitação com questões alheias ao presente certame e que apenas ensejaram uma notificação para fins de defesa prévia em outro contrato desta subscritora.

Na verdade, trata-se de uma abordagem bastante estarrecedora e, muito particularmente demagógica, na medida em que foi levantada justamente por esta Recorrente, cujo histórico midiático mais recente deveria lhe recomendar, no mínimo, maior cautela para falar dos problemas alheios.

Para não citar as dezenas de matérias amplamente divulgadas pela mídia nacional, cumpre lembrar apenas uma recente divulgada pela a voz do vale:

<https://avozdovale.com.br/municipe-denuncia-crimes-ambientais-no-aterro-sanitario-e-alega-demissao-apos-a-denuncia-em-avare/>

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



**UNIÃO
NORTE**
Engenharia

www.uniaonorte.com.br

PREFEITURA DE MARICÁ

Auto nº: 23291/24
Data Inicio: 16/10/24
Assinatura: [assinatura] Fls: 84

A Voz do Vale

QuintoAndar



HOME CLASSIFICADOS DESTAQUE POLÍCIA POLÍTICA AVERÉ REGIÃO ATOS OFICIAIS FALE CONOSCO

QuintoAndar



MUNÍCIPE DENUNCIA CRIMES AMBIENTAIS NO ATERRO SANITÁRIO E ALEGA DEMISSÃO APÓS A DENÚNCIA EM AVARÉ

por [nome] em AVARÉ



*Na terça-feira (20), durante a sessão da Câmara Municipal de Avaré, o município João Gustavo da Silva Cardoso Rodrigues utilizou a tribuna livre para denunciar uma série de crimes ambientais que ocorreram no Aterro Sanitário da cidade. De alega que, após realizar a denúncia, foi demitido pela empresa responsável pelo tratamento dos resíduos sólidos da municipalidade.

Em apertada síntese a matéria informa que:

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

PREFEITURA DE MARICÁ
su nº 23299/24
Data Início 10/10/24
Folha 86

<https://avozdovale.com.br/tce-multa-prefeito-e-secretario-por-irregularidades-na-contratacao-de-empresa/>

na-contratacao-de-empresa/

21

TCE MULTA PREFEITO E SECRETÁRIO POR IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA

19/10/2024 - Aline Padua



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) aplicou uma multa ao prefeito de Avaré, João Silvestre, e ao secretário de Meio Ambiente, Judesio Borges, por irregularidades que ocorreram na contratação da empresa Químbio Construções e Tecnologia Ambiental S.A., responsável por serviços na Aberra Sanitária.

A irregularidade teria ocorrido em 2017, quando a empresa teria prestado serviços por quase dois meses sem cobertura de qualquer instrumento formal.

DEMOCRATA



Por fim, esta Recorrida não tem a menor pretensão de passar a adotar as mesmas estratégias heterodoxas da Recorrente, mas tão somente evidenciar que a falta de razões jurídicas para embasar o presente recurso, levou a Recorrente a apresentar acusações estranhas ao presente certame e que, no caso da Petrópolis, são claramente insubsistentes.

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

PREFEITURA DE MARICÁ
su nº 23291124
Data Início: 16/10/24
Fis: 87

Já não sabendo o que mais argumentar referente ao atestado da Central de Tratamento de Resíduos em Três Rios, argumenta em terceiro ponto o seguinte:

40. Por fim, o terceiro ponto de potencial irregularidade identificado refere-se a uma suposta autodeclaração do atestado.

41. O atestado em questão foi emitido pela própria empresa União Norte Fluminense, sendo assinado por seu diretor, Sandro Peixoto Failage, em favor de si mesma, declarando a execução de serviços tecnicamente complexos, sem qualquer validação do órgão contratante quanto à satisfatoriedade dos serviços executados, nem tampouco quanto aos quantitativos e serviços descritos.

42. Repisa-se: Este documento foi emitido pela própria empresa em favor de si mesma e assinado pelo seu diretor, Sandro Peixoto Failage, sem qualquer verificação externa ou independente. Ou seja, a própria empresa autodeclara que ela mesma realizou os serviços, sem qualquer validação do órgão contratante para com as informações constantes neste documento.

45. A falta de fiscalização externa e isenta do próprio órgão contratante compromete diretamente a credibilidade do documento, uma vez que não há garantias de que os serviços atestados foram efetivamente executados conforme declarado. Este tipo de procedimento vai contra os princípios da transparência, legalidade e moralidade que regem os processos licitatórios, aumentando o risco de suposta inconsistência documental.

Pelos argumentos da Recorrente, nota-se certo desespero em tentar desqualificar de qualquer forma o atestado apresentado.

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

Nesse sentido, cabe uma breve análise da legislação vigente no tocante aos atestados emitidos pela própria empresa licitante. A Lei 8.666/93, não traz nenhum dispositivo a cerca da vedação em apresentar de atestados emitidos pela própria empresa, o artigo 30 da mencionada Lei, trata da admissibilidade dos documentos de qualificação técnica e não veda esta competência:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

- I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado,

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10º Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

Portanto, não há nenhuma previsão legal quanto à vedação de atestados emitidos pela própria empresa tanto na legislação quanto no edital.

Não há de se falar que o atestado carece de fiscalização, visto que o mesmo cumpriu todas as exigências legais e foi devidamente certificado pelo Órgão responsável pela

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



fiscalização, sendo este, o CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ.

26

Além do mais, o Centro de Tratamento de Resíduos de Três Rios possui todas as licenças ambientais competentes: (i) Licença Prévia, (ii) Licença de Instalação e (iii) Licença de operação. Todas essas devidamente concedidas pelo Órgão ambiental executivo no âmbito do estado do Rio de Janeiro, o INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA, conforme íntegra anexa.



LICENÇA PRÉVIA
LP Nº IN033586

A Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art 5º, § 1º, I, da Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo art. 56, I, do Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, concede a presente Licença Prévia a

UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ/CPF: 02.354.917/0001-10 **Código :** UN038215/35.51 50

Endereço: RUA MARÍLIA PEIXOTO AQUINO, 01 - CENTRO - SÃO JOÃO DA BARRA - RJ

aprovando a concepção e localização implantação de aterro sanitário para resíduos classe II-x-x-x-x-x-

no seguinte local:
RODOVIA BR-040, KM 17 - SÍTIO SÃO JORGE - MOURA BRASIL, município TRÊS RIOS

Condições de Validade Gerais

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

 **Secretaria do Ambiente**

 **inec** instituto estadual do ambiente

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

LI Nº IN041807

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, e suas modificações posteriores e em especial do Decreto nº 44.820, de 2 de junho de 2014 que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental, concede a presente Licença de Instalação a

UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ/CPF: 02 354 917/0001-10 **Código INEA:** UN038215/35.51.50

Endereço: RUA MARÍLIA PEIXOTO AQUINO, Nº 1 - CENTRO - SÃO JOÃO DA BARRA - RJ

para implantação de centro de tratamento de resíduos - CTR, compreendendo as seguintes unidades: aterro sanitário para resíduos sólidos, classe II, unidade de tratamento de percolado, unidade de tratamento por autoclavagem de RSSS (grupos A, D e E) e unidades de apoio-x-x-x-x-x-

no seguinte local:

RODOVIA BR-040, KM 17 - SÍTIO SÃO JORGE - MOURA BRASIL, município TRÊS RIOS

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN000318

O Instituto Estadual do Ambiente (Inea), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009 e suas modificações posteriores e, em especial, o Decreto nº 44.820, de 02 de junho de 2014, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental (Slam), concede a presente Licença de Operação a

UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ/CPF: 02.354.917/0001-10
Endereço: RUA MARÍLIA PEIXOTO AQUINO, 1 - CENTRO - SÃO JOÃO DA BARRA - RJ

Objeto: Operação de Célula da Fase 01 do Aterro Sanitário para RSL classe II, e de Unidade de Tratamento de Percolado e Unidade de Apoio.

No seguinte local:

RODOVIA BR-040, KM 17 - SÍTIO SÃO JORGE, S N - MOURA BRASIL - TRÊS RIOS - RJ

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

Sendo assim, resta evidente a legalidade do presente atestado, pois o mesmo possui todos os amparos legais e fiscalizatórios.

28

**III.II – DO ATESTADO EXPEDIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS –
CAT 61077/2022**

Mais uma vez a Recorrente alega inverdades a respeito dos atestados apresentados pela UNIÃO NORTE, vejamos:

50. Em síntese, o atestado destaca como único responsável técnico por todos os serviços declarados o Engenheiro Civil Rodolfo Moulin Pinheiro. Entretanto, o conteúdo do referido atestado inclui serviços que extrapolam as atribuições de um engenheiro civil, uma vez que se trata de atividades especializadas que demandam a participação de outros profissionais com habilitações técnicas específicas.

51. Um dos serviços citados é o tratamento físico-químico de chorume, um processo de alta complexidade que exige o acompanhamento e supervisão de engenheiros químicos, conforme estabelecido pelas normas do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA).

52. Na própria certidão de acervo técnico emitido pelo CREA/RJ em favor do Engenheiro Civil Rodolfo Moulin Pinheiro é feita uma ressalva sobre a inabilitação do profissional para a execução do serviço em

Insta salientar mais vez, que o atestado pertencente ao engenheiro civil Rodolfo Moulin Pinheiro somente está comprovando a parcela de operação de aterro sanitário e não o tratamento físico- químico, conforme alega erroneamente a Recorrente, vejamos:

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

2. ESCOPO DOS SERVIÇOS

- Execução dos serviços de Operação, manutenção, expansão, destinação final na quantidade de 1.485,18 toneladas por mês de Resíduos Sólidos Urbanos e Domiciliares (Classes II-A e II-B), tanto na forma bruta, quanto na forma segregada em local de destinação final de resíduos (Central de Tratamento de Resíduos) devidamente licenciado por órgão ambiental. Unidade que contempla além de células de aterro sanitário com capacidade para recebimento de 400 toneladas por dia, usina de geração de energia proveniente do biogás com capacidade de 2 MW por hora, inclusive com conversão de gás metano (CH₄) por gás carbônico (CO₂); estação completa para tratamento de efluentes líquidos percolados/lixiviados (chorume), contando com fases primária, secundária e terciária por osmose reversa, nano filtração e fases complementares com capacidade para tratamento de 200 m³ por dia; drenagem de águas superficiais e subterrâneas; captação e drenagem de gases; unidades administrativas; instalações diversas, incluindo administrativas, refatório, guarita, balança rodoviária; vias primárias e secundárias de acesso.

Ora, como já demonstrado acima o tratamento físico-químico está sendo atendido através do profissional competente, o engenheiro químico Kevin Moulin da Costa, que faz parte do quadro técnico da UNIÃO NORTE, conforme CAT 95830/2024. Além do que, este mesmo atestado emitido pela Prefeitura Municipal de Três Rios pode ser usado para comprovação da qualificação técnico-operacional da empresa, pois a CAT é inerente somente ao profissional, de acordo com a explanação acima.

É muito perceptível a manobra da Recorrente em ludibriar o julgamento da Douta Comissão Permanente de Licitação com essas inverdades.

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

**III.III – DO ATESTADO EMITIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA
BARRA – CAT 6577/2010**

30

Agora a alegação versa em relação ao quantitativo, o qual alega que o mesmo possui um vulto muito alto, vejamos:

60. De acordo com o atestado, a empresa teria realizado o plantio de grama em uma área total de 6.263.647,00 m², durante um período de aproximadamente 53 meses de execução. Isso equivale a uma média de cerca de 118.000,00 m² por mês, o que representa um volume extremamente elevado de plantio para um município com uma população estimada em apenas 30 mil habitantes. Esse número, por si só, suscita questionamentos, dado que tal quantitativo é desproporcional ao tamanho e às características territoriais do Município de São João da Barra.

61. Além do vultoso quantitativo, deve-se considerar que o volume mensal de 118.000 m² exigiria uma estrutura logística e operacional de grande porte, além de uma quantidade substancial de mão de obra, materiais e tempo para execução. Não há, no atestado, menção clara ou detalhada sobre como a empresa conseguiu viabilizar tal escala de operação de maneira contínua durante os 53 meses. A ausência de tais informações dificulta a comprovação da veracidade e exequibilidade do serviço declarado.

São João da Barra é um município localizado no estado do Rio de Janeiro. Ele é conhecido por sua rica diversidade natural, incluindo praias, vastas áreas rurais e uma economia baseada em setores como agricultura, pesca e turismo.

Por sua vez, a Recorrente por ser de outro Estado, Goiânia/GO, não deve conhecer todos os Municípios do Rio de Janeiro. São João da Barra atualmente possui 36.573 habitantes pelo último censo do IBGE realizado em 2022. Ocorre que o Município de

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

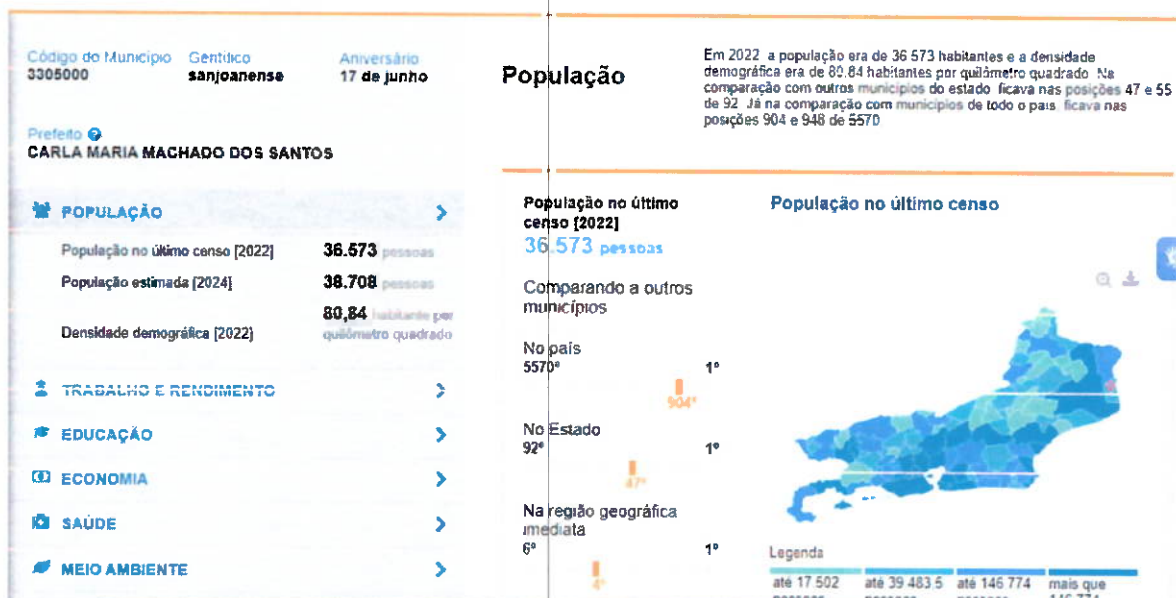
Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



São João da Barra Possui uma vasta arborização de suas vias, o qual representa 58,5% da sua extensão territorial, com base no site do IBGE:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-da-barra/panorama>



MEIO AMBIENTE

Área urbanizada [2019]	20,64 km²
Esgotamento sanitário adequado [2010]	37,3 %
Arborização de vias públicas [2010]	58,5 %
Urbanização de vias públicas [2010]	20,5 %
População exposta ao risco [2010]	Sem dados
Bioma [2019]	Mata Atlântica
Sistema Costeiro-Marinho [2019]	Pertence

Matriz
Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro
Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios
Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

R

32

Meio Ambiente

Apresenta 37,3% de domicílios com esgotamento sanitário adequado. 58,5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 20,5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 89 de 92, 53 de 92 e 78 de 92, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 2781 de 5570, 3768 de 5570 e 1816 de 5570, respectivamente.

Área urbanizada [2019]

20,64 km²

Área urbanizada

Comparando a outros municípios

No país
5570º

1º

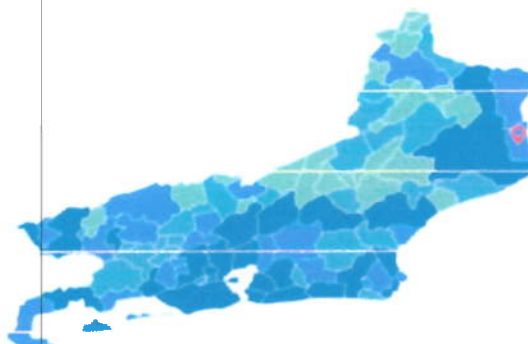
452º

No Estado
92º

1º

32º

Na região geográfica
imediata



Dessa forma é absolutamente possível o atestado auferir a este quantitativo, pois sua extensão arborizada é vasta e o serviço foi executado compreendendo um período de 53 (cinquenta e três) meses.

III. IV – DO ATESTADO DO CONSÓRCIO LIMP-LAGOS – CAT 66544/2022.

Novamente alega que o atestado refere-se à emissão pelo próprio representante legal da própria empresa UNIÃO NORTE, vejamos:

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



66. O primeiro ponto de irregularidade constatada para este atestado, refere-se a emissão do atestado pelo próprio representante real da própria empresa União Norte Fluminense, ou seja, trata-se supostamente de um autoestado ou uma autodeclaração técnica.

67. Inicialmente, é importante esclarecer e analisar que o atestado em questão refere-se aos serviços realizados pelo Consórcio Limp-Lagos, composto pelas empresas Força Ambiental Ltda e CJT Engenharia e Construção Ltda (empresa Líder), no âmbito do Contrato nº 003/152/2021, firmado entre o Consórcio Limp-Lagos e o Município de Saquarema/RJ.

68. Trata-se, portanto, de um atestado originário de uma subcontratação que o Consórcio Limp-Lagos realizou em favor da empresa União Norte Fluminense no âmbito do referido contrato originário.

69. Curiosamente, quando analisa-se o contrato nº 003/152/2021, firmado entre o Município de Saquarema e o Consórcio Limp-Lagos, é possível verificar que o Contratado (Consórcio Limp-Lagos) é representado pelo Sr. Sandro Peixoto Failage, que, neste ato, aparece como representante da empresa líder do Consórcio, CJT Engenharia. Veja:

No presente atestado não há nenhuma irregularidade embora a Recorrente tente confundir e trazer alegações fora de contexto a fim de levar suspeitas levianas a respeito da sua veracidade.

Primeiramente, O Consórcio Limp-Lagos é constituído pelas empresas Força Ambiental Ltda e CJT Engenharia e Construção Ltda. Cabe aqui elencar que a Força Ambiental é a empresa líder. O presente consórcio foi devidamente constituído, visto que as empresas foram vencedoras da concorrência pública n.º 001/2017 realizada pela Prefeitura Municipal de Saquarema, sendo o mesmo representado pelo Sr. Sandro Peixoto Failage, conforme Consulta ao Quadro de Sócios e Administradores – QSA:

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax: (24) 2251-1189



Consulta Quadro de Socios e Administradores - QSA

CNPJ: 27.859.188/0001-84
NOME EMPRESARIAL: CONSORCIO LIMP-LAGOS
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte.

Nome/Nome Empresarial: FORCA AMBIENTAL LTDA
Qualificação: 20-Sociedade Consorciada

Nome/Nome Empresarial: CJT ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA
Qualificação: 20-Sociedade Consorciada

Nome/Nome Empresarial: SANDRO PEIXOTO FAILAGE
Qualificação: 05-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Consultado em 23.10.2024 às 21:37 (Data e hora de Consulta)

Dessa forma, o Sr. Sandro Peixoto Failage detêm a representação legítima perante o consórcio, sem nenhuma ilegalidade.

Em segundo ponto, O atestado de capacidade técnica emitido pelo Consórcio Limp-lagos é proveniente de uma subcontratação devidamente autorizada pelo Município de Saquarema, conforme carta de anuência abaixo:



Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Saquarema

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS



PREFEITURA
SAQUAREMA

TERMO DE ACEITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DE SUBCONTRATAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 32.147.670/0001-21, com sede e foro nesta cidade de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Coronel Madureira, nº 77, Centro, representado pelo Sr. LINDONOR FERREIRA RESENDE ROSA, portador do RG nº 0080650971 – DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 003.769.277-12, nos termos das normas constantes da Lei Federal nº 8.666/93, e conforme as disposições contidas no Processo Licitatório Concorrência Pública 001/2017, item 16.1 da SUBCONTRATAÇÃO, vem, por meio deste, conforme requerimento apresentado no dia 14 de dezembro de 2020, pelo CONSORCIO LIMP LAGOS (CONTRATADA), inscrita no CNPJ sob o nº 27.859.188/0001-84, detentor do Contrato de Prestação de Serviços Nº 033/17, **AUTORIZAR** a subcontratação do serviço e materiais à empresa **UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.354.917/0001-10, para os serviços de Operações, Remediação e Encerramento de Lixo, situado no Município de Saquarema-RJ, com previsão de processamento de 27.000 Toneladas de resíduos.

Saquarema, 17 de dezembro de 2020.

LINDONOR FERREIRA RESENDE ROSA
Secretário Municipal de Transporte e Serviços Públicos
Port: 010/2017 – Matrícula 9496860
Saquarema – RJ

De forma a corroborar com a participação da licitante União Norte Fluminense Engenharia na execução dos serviços constantes no atestado emitido pelo Consórcio LIMP LAGOS, cabe juntar o atestado de capacidade técnica, CAT 109080/2022, em nome da

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 – 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

empresa líder do Consórcio Limp-Lagos, Força Ambiental Ltda, emitido posteriormente ao da UNIÃO NORTE, o qual contém ressalva para os serviços de remediação, vejamos:

36

OBSERVAÇÕES:
A ATIVIDADE DE OPERAÇÃO REMEDIAÇÃO E ENCERRAMENTO DO LIXÃO FOI SUBCONTRATADA À
UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CONFORME CONTRATO 003/152/2021 ..
ARTS 2020220135940 E 2020220135928. ESTA CERTIDÃO REFERE-SE AOS SERVIÇOS
REALIZADOS PARCIALMENTE CONFORME PERÍODO OU QUANTITATIVOS CONSTANTES DO ATESTADO ..

Em terceiro, a assinatura do atestado emitido pelo Consórcio Limp-Lagos, é do Sr. Sandro Peixoto Failage, Representante Legal do Consórcio Limp-Lagos, sendo portanto, válido em todos os sentidos, conforme instrumento particular de constituição do consórcio anexo.

Merece esclarecimento o argumento da Recorrente em alegar descabidamente que o atestado emitido pelo Consórcio Limp-Lagos é uma entidade privada, formada por duas empresas também privadas, foi indevidamente identificado como pessoa jurídica de direito público o que não é verdade, pois se trata de um erro material de digitação.

É evidente que o simples fato de a declaração informar que o Consórcio LIMP-LAGOS é pessoa jurídica de direito público jamais pode ensejar a conclusão de falsidade do referido documento, pois se tratando de um mero erro material, que não é suscetível de causar qualquer prejuízo, nem muito menos macula o conteúdo do cerne do referido atestado.

À toda evidencia, a Recorrente tenta produzir uma cortina de fumaça, com argumentos vazios e insubsistentes, para mascarar a verdade: a correta habilitação da União Norte Fluminense.

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



O quarto ponto apontado pela Recorrente nada tem haver com a matéria em questão, uma vez que entra em uma ceara de alegar que o valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) não corresponde de forma coerente:

90. Isso porque há uma suposta incompatibilidade entre os valores declarados no atestado e os valores de mercado dos materiais utilizados, como a Geomembrana em PEAD (47.498,85 m²) e a Manta Geotêxtil (42.536 m²). O valor total de R\$ 5.000.000,00 atribuído ao contrato não corresponde de forma coerente às quantidades e materiais declarados, o que sugere uma possível inflacionamento artificial do valor do contrato ou a subexecução dos serviços contratados.

Não cabe a Recorrente fazer juízo de valor em relação aos preços praticados pela UNIÃO NORTE. Ora, a Recorrente dita os preços de mercado? Tal alegação é meramente vaga, sem nenhum fundamento legal, dado o que estamos discutindo em sede recursal é a capacidade técnica das empresas e não quanto cada uma paga em seus materiais e seus serviços.

**III.V – DO ATESTADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA – CAT
8437/2008**

Acreditamos fielmente que a Recorrente possua analfabetismo funcional que é a incapacidade de interpretar textos e realizar operações matemáticas, mesmo sabendo ler e escrever, pois alega que o atestado emitido pela Prefeitura Municipal de Seropédica apresenta indícios de irregularidades:



Matriz
Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro
Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax: (21) 2212-3100

Filial Três Rios
Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax: (24) 2251-1189

94. Em síntese, o atestado descreve, no item 2, a **elaboração de projeto executivo de aterro sanitário**, no entanto, **supostamente** não atende ao item **licenciamento ambiental**, conforme estabelecido no edital.

95. Consoante as determinações e **normativas vigentes**, a **elaboração de um projeto** dessa magnitude deve ser acompanhada pelas licenças ambientais necessárias, incluindo licenças prévias, de instalação e de operação, emitidas pelos órgãos ambientais competentes. A ausência dessas licenças indicaria que **supostamente o atestado não está em conformidade com os requisitos legais e técnicos**, o que comprometeria sua validade para fins de comprovação de capacidade técnica.

96. Além disso, o item 4 do atestado descreve a **operação de áreas controladas de descarte de resíduos**, quando o edital exigia a comprovação da capacidade técnica para o **encerramento de lixão**. O processo de operação de áreas controladas envolve serviços menos específicos e complexos do que aqueles necessários para o encerramento de lixões, que exige técnicas rigorosas de selagem, contenção de resíduos e remediação ambiental. Esse tipo de projeto demanda uma expertise técnica mais ampla e, sem a descrição do encerramento de lixão no atestado, ele **supostamente** não atende integralmente às exigências do edital.

97. Assim, considerando as supostas irregularidades mencionadas, o atestado do Município de Seropédica (CAT 8437/2008) **não atende aos requisitos estabelecidos no edital**, seja pelos indícios de falta de **licenciamento ambiental adequado** na elaboração do projeto executivo, seja pela descrição de operações **de áreas controladas** em vez de **encerramento de lixão**, conforme exigido.

Da simples leitura do atestado podemos afirmar categoricamente que o mesmo está sendo usado para comprovação da operação de aterro sanitário exigido no caput dos itens 11.4.3 e 11.4.4 do edital.



Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

A parcela de projeto executivo de aterro sanitário com o licenciamento ambiental está sendo atendida através do atestado da Central de Tratamento de Resíduos de Três Rios – CAT 108531/2024, previsto na página 156 dos documentos de habilitação da empresa UNIÃO NORTE, vejamos:

2. ESCOPO DOS SERVIÇOS

- Elaboração de Projeto de Construção do Aterro Sanitário com os devidos licenciamentos ambientais;

Já o encerramento do lixão está no atestado emitido pelo Consórcio Limp-Lagos, CAT 66544/2024, previsto na página 104 dos documentos de habilitação da empresa UNIÃO NORTE, vejamos:

2. Planilha de serviços realizados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
4	Operação, Remediação e Encerramento de lixão	ton	26.518,79

Mais uma vez a empresa UNIÃO NORTE elucida e traz clareza aos argumentos dissimulados da Recorrente.

III.VI – DO ATESTADO DO CONSÓRCIO CENTRO SUL – CAT 95823/2024 E CAT 95830/2024

Matriz
Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro
Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios
Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



Corroborando com o mencionado no item acima, a Recorrente não interpretou de maneira correta os atestados apresentados pelo Consórcio Centro Sul, pois alega que os mesmo não comprovam a efetiva participação da UNIÃO NORTE nas obras e nos serviços:

99. O primeiro ponto de uma possível irregularidade identificada refere-se ao fato de que não há efetivas comprovações quanto a efetiva participação da empresa **União Norte Fluminense** no quadro societário da **Concessionária Centro Sul 1 SPE LTDA**. Vejamos:

100. Para comprovar a participação da **UNIÃO NORTE** no empreendimento, foi apresentada apenas a **3ª alteração contratual da Concessionária Centro Sul 1 SPE LTDA**, que menciona a **UNIÃO NORTE** como uma das sócias, ao lado da empresa **FORÇA AMBIENTAL**. Entretanto, **não foram apresentados o ato constitutivo, a 1ª alteração contratual nem a 2ª alteração contratual**, que são essenciais para verificar a composição societária desde a criação da concessionária.

101. A apresentação apenas da 3ª alteração contratual impede que se saiba se a **UNIÃO NORTE** participou do projeto desde o início ou se ingressou no empreendimento após o avanço das obras, ou até mesmo após a conclusão de etapas significativas do projeto. **Esse ponto é crucial, pois, se a UNIÃO NORTE ingressou na sociedade apenas em uma fase posterior, não se pode afirmar que a empresa participou efetivamente da execução dos serviços mencionados no atestado.**

102. Dada a ausência do ato constitutivo e das primeiras alterações contratuais, não há como confirmar a participação da **UNIÃO NORTE** nas obras e serviços de tratamento físico-químico de chorume ou em outras atividades relacionadas ao empreendimento desde sua fase inicial. A empresa pode ter ingressado no consórcio após a conclusão de partes importantes do projeto, o que invalidaria sua utilização como comprovação de qualificação técnico-operacional para o presente certame.

Sem adentrar no mérito das alegações da Recorrente no tocante a apresentação das alterações contratuais da Concessionária Centro Sul 1 SPE Ltda. No mais, os atestados

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



apresentados servem para comprovar as parcelas de qualificação PROFISSIONAL, conforme estipula o item 14.4.4 do edital, as quais são:

41

CAT 95823/2024 – ENGENHEIRO CIVIL RODOLFO MOULIN PINHEIRO:

- Argila ou barro para aterro/reaterro (retirado na jazida, sem transporte).
- Geomembrana em pead, espessura 0,8mm, em revestimento impermeabilizante, aplicações de contenção de fluidos e resíduos, inclusive solda por termo fusão, abraçadeiras, insertes, conexões e demais acessórios. Fornecimento e colocação.
- Manta geotêxtil, de 100% polipropileno ou 100% poliéster, em drenos subterrâneos, fornecimento e colocação.
- Projeto Executivo de Aterro Sanitário com Licenciamento Ambiental

CAT 95830/2024 – ENGENHEIRO QUÍMICO KEVIN MOULIN DA COSTA

- Tratamento Físico-Químico de chorume para transformação em Água de Reuso

Outro ponto descabido é que a estação de tratamento de chorume não possui nenhuma comprovação de finalização



Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

105. O segundo ponto de suposta irregularidade identificada refere-se a ausência de comprovação pública acerca da finalização da obra da estação de tratamento físico químico de chorume e a efetiva prestação deste serviço em específico neste empreendimento. Explicamos:

106. Em síntese, o atestado de capacidade técnica emitido pela Concessionária Centro Sul 1 SPE LTDA suscita dúvidas quanto à finalização da obra referente à estação de tratamento físico-químico de chorume, eis que não há comprovações ou qualquer documento público que ateste a conclusão dos serviços, o que levanta a forte suspeita de que a obra ainda esteja em andamento, em vez de concluída.

107. Em diversas buscas realizadas em sites públicos, não foi encontrada nenhuma comprovação acerca da finalização da obra da estação de tratamento de chorume, de modo que não há como se atestar, com certeza, que o serviço relativo ao tratamento físico químico de chorume foi efetivamente prestado.

109. Diante da ausência de comprovação documental, é necessário que sejam realizadas diligências para solicitar informações detalhadas sobre o projeto da estação de tratamento de chorume; licença do aterro que autoriza o funcionamento da estação, bem como informações e comprovações acerca da vazão de tratamento da estação, bem como o período a partir do qual a estação começou a operar.

É conveniente esclarecer que o próprio atestado já comprova a execução dos serviços e demonstra que está 100% (cem por cento) concluída e em pleno uso e capacidade de operação. Repita-se, o atestado foi devidamente emitido pelo Consórcio Público Centro Sul e devidamente registrado no Conselho Competente. Sendo límpidas as informações ali contidas.

III.VII – DO ATENDIMENTO DE TODOS OS ITEM EXIGIDOS NO EDITAL

Da análise dos argumentos recursais acima mencionados, apenas é possível extrair alegações infundadas e praticamente nenhum argumento de direito. Todavia, a

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



interposição de um recurso no bojo de um certame licitatório deve ir muito além de um ato de mero descontentamento e de distorção de fatos.

43

Para reforçar o atendimento de todos os itens exigidos no instrumento convocatório, segue abaixo uma tabela de todos os atestados apresentados e seus respectivos quantitativos:



Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 – 10º andar
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



UNIÃO NORTE
 Engenharia

UNIÃO												
SERVIÇOS	ATESTADO	ATESTADO	ATESTADO	ATESTADO	ATESTADO	ATESTADO	ATESTADO	ATESTADO	ATESTADO	ATESTADO	ATESTADO	TOTAL UNIÃO
	66544/2022	6577/2010	95823/2024	95830/2024	8437/2008	3467/2013	41432/2019	108531/2024	rio dos pedras	61077/2022	22722/2013	
Transporte com caminhão basculante de 6m³, em via urbana pavimentada, DMT acima de 30 km (unidade: m3xkm). Af_01/2018	LIMP-LAGOS	P.M. SÃO JOÃO DA BARRA	CENTRO SUL – RODOLFO PROFISSIONAL	CENTRO SUL – KEVIN PROFISSIONAL	SEROPÉDICA	DER	DER	UNIÃO NORTE	CEHAB	P.M. TRÊS RIOS	P.M. RIO DE JANEIRO	32.647.603,83
Argila ou barro para aterro/reaterro (retirado na jazida, sem transporte).			1,00					568.994,75				568.995,75
Geomembrana em pead, espessura 0,8mm, em revestimento impermeabilizante, aplicações de contenção de fluidos e resíduos, inclusive solda por termo fusão, abraçadeiras, insertes, conexões e demais acessórios.	47.498,85		1,00					179.676,60				227.176,45
Fornecimento e colocação. Manta geotêxtil, de 100% polipropileno ou 100% poliéster, em densos subterráneos, fornecimento e colocação.	42.536,00		1,00				16.917,00	164.728,00	26.407,94			250.589,94

Matriz
 Rua Marília Peixoto Aquino, 01
 Centro – São João da Barra/RJ
 CEP: 28.200-200
 Tel/Fax: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro
 Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
 Centro – Rio de Janeiro/RJ
 CEP: 20.011-000
 Tel/Fax: (21) 2212-3100

Filial Três Rios
 Rua Santo Antônio, 159
 Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
 CEP: 25.820-060
 Tel/Fax: (24) 2251-1189

FEITURA DE MARCÁ
 Nº 23291/24
 Início: 16/10/24
 04/10/24



**UNIAO
NORTE**
Engenharia

www.uniaonorte.com.br

45

Planto de grama em placas tipo esmeralda, inclusive fornecimento da grama, exclusive transporte, preparo do terreno e material para este.		6.263.647,00				300,00	39.999,98	192.864,00					6.496.810,98
Tratamento Físico-Químico de chorume para transformação em Água de Reuso				1,00				54.750,00					54.751,00
Aterro Com Material De 1ª Categoria, Espalhado Por Trator Com Potência Em Torno De 140CV Com Lâmina, Em Camadas De 20CM De Material													
Adensado, Regado Por Caminhão Tanque E Compactado A 90% Com Rolo Pé De Carneiro Convencional. De 2 (Dois) Cilindros, Rebocado Por Trator De Pneu, Intervindo 2(Dois) Serventes, Exclusive O Fornecimento Da Terra Exclusive O Fornecimento Da Terra						158.439,97	159.237,23						317.677,20
Projeto Executivo de Aterro Sanitário com Licenciamento Ambiental			1,00			1,00		1,00					3,00
Encerramento de Lixão	1,00												1,00

Matriz

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
 Centro – São João da Barra/RJ
 CEP: 28.200-200
 Tel/Fax: (22)2141-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
 Centro – Rio de Janeiro/RJ
 CEP: 20.011-000
 Tel/Fax: (21) 2212-3100

Filial Três Rios

Rua Santo Antônio, 159
 Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
 CEP: 25.820-060
 Tel/Fax: (24) 2251-1189



1,00

1,00

46

**Recuperação de vazadouro
ou lixão ou operação de
aterro sanitário**

[illegible]

Rua Marília Peixoto Aquino, 01
Centro – São João da Barra/RJ
CEP: 28.200-200
Tel/Fax: (22)2741-1511/ 1617

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar
Centro - Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.011-000
Tel/Fax: (21) 2212-3100

Rua Santo Antônio, 159
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ
CEP: 25.820-060
Tel/Fax: (24) 2251-1189

PREFEITURA DE MARICÁ

Matrícula: 23291/24

Início: 16/10/24

Fim: 11/2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
DO RIO DE JANEIRO
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

SISTEMA CFA/CRA

REGISTRO DATA REG. VIA
CRA-RJ Nº 20-74714 23/05/2012 1

NOME
SANDRO PEIXOTO FAILAGE

HABILITAÇÃO
ADMINISTRADOR

BCC IDENTIFICAÇÃO 075146781

ÓRGÃO EXPEDIDOR IFP/ RJ

CPF 856.360.457-00

ASSINATURA DO PORTADOR

TEM SE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - Lei Nº 8.226/91

FEIÇÃO
ILIO FIORAVANTE FAILAGE
SANDRA PEIXOTO FAILAGE

NASCIMENTO 08/11/1978

NACIONALIDADE BRASILEIRA

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO - RJ

CRA-RJ

RIO DE JANEIRO, 08/08/2015

LOCAL E DATA DE EXP

ADM. LEONAR DAL PIN
Presidente do CRA-RJ

TEM SE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - Lei Nº 8.226/91



33.2.0592984-0

Sociedade empresária limitada

Normal

UNIAO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

Eventos

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR MARIA GORETE DANTAS BASTILHO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 11/07/2024 e arquivado em 11/07/2024

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Capa	Nº	Páginas
1	1	1
2	2	2
3	3	3
4	4	4
5	5	5
6	6	6
7	7	7
8	8	8
9	9	9
10	10	10
11	11	11
12	12	12
13	13	13
14	14	14
15	15	15
16	16	16
17	17	17
18	18	18
19	19	19
20	20	20
21	21	21
22	22	22
23	23	23
24	24	24
25	25	25
26	26	26
27	27	27
28	28	28
29	29	29
30	30	30
31	31	31
32	32	32
33	33	33
34	34	34
35	35	35
36	36	36
37	37	37
38	38	38
39	39	39
40	40	40
41	41	41
42	42	42
43	43	43
44	44	44
45	45	45
46	46	46
47	47	47
48	48	48
49	49	49
50	50	50
51	51	51
52	52	52
53	53	53
54	54	54
55	55	55
56	56	56
57	57	57
58	58	58
59	59	59
60	60	60
61	61	61
62	62	62
63	63	63
64	64	64
65	65	65
66	66	66
67	67	67
68	68	68
69	69	69
70	70	70
71	71	71
72	72	72
73	73	73
74	74	74
75	75	75
76	76	76
77	77	77
78	78	78
79	79	79
80	80	80
81	81	81
82	82	82
83	83	83
84	84	84
85	85	85
86	86	86
87	87	87
88	88	88
89	89	89
90	90	90
91	91	91
92	92	92
93	93	93
94	94	94
95	95	95
96	96	96
97	97	97
98	98	98
99	99	99
100	100	100

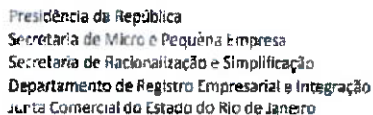
13

1/1

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 01/13



215 214

33.2.0592984-0

Sociedade empresária limitada

Normal

Delegacia de São João da Barra

Data de criação do protocolo na web: 09/07/2024
22:17:01

2024/00577496-2

REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

UNIAO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:


Código do Ato	Código Evento	Otde.	Descrição do ato / Descrição do evento
002	021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
	XOX	XOX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
	XOY	XOX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
	XOI	XOX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
	XOK	XOX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Requerente

Parque da Baixa
Local

10/07/2024

Data

Nome:	Rafael Carlos Namiya
Assinatura:	
Telefone de contato:	(22) 2761-1511
E-mail:	rafael.namiya@unmaenorte.com.br
Tipo de documento:	Híbrido
Data de criação:	09/07/2024
Data da 1ª entrada:	



2024/00577496-2

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: UNIAO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

NIRE: 333.0582984-0 Protocolo: 2024/00577496-2 Data do protocolo: 10/07/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 11/07/2024 SOB O NÚMERO 00006337018 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 32E2129B0BB08CC39E5B51CAB50F0BE83D65EA61D2C7C5735640D4B03C9E8DF6

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



JUL 11 194

Pag. 02/13

**41ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE
EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA
"UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA."
CNPJ 02.354.917/0001-10 – NIRE 33.2.0592984-0**

Por este instrumento particular, as partes identificadas abaixo.

GESTÃO 21 CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária, com sua sede social localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Brasil nº 8.141 (parte), Ramos, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, por seus Diretores, Sr. **HÉLIO PESSANHA DELBONS**, brasileiro, casado, engenheiro de operação, modalidade mecânica, residente e domiciliado na Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Marechal Deodoro nº 190, cob. 02, CEP. 28010.280, portador da carteira de identidade nº 197910120-3, expedida pelo CREA/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 433.677.477-34 e **SANDRO PEIXOTO FAILAGE**, qualificado abaixo.

SANDRO PEIXOTO FAILAGE, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jorge Figueiredo, nº 577, Anil - Jacarepaguá, CEP: 22750-120, portador da carteira de identidade nº 075146761, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 856.360.457-00,

MAX JERONYMO ZULCHNER, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Aires de Souza, nº 391, quadra F, Lote 7, casa 6, Parque Rodoviário, CEP: 28051-320, portador da carteira de identidade nº 174928-D, expedida pelo CREA/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 085.115.107-88,

RODOLFO MOULIN PINHEIRO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Professor Coutinho Fróis, nº 323, apt. 101, Barra da Tijuca, CEP 22620-360, portador da carteira de identidade nº 2007134217, expedida pelo CREA/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 092.698.917-04;

ROGÉRIO VIANNA DE AQUINO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Célio Brito Pinto, nº 46/50, Horto, CEP 28015-530, portador da carteira de identidade nº 87-1-00859-0-D expedida pelo CREA/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 680.395.497-87;

RAFAEL ANDRADE BARBOSA SILVA, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro (RJ) na Avenida das Acácias, nº 540, bloco 3, apt 402, Barra da Tijuca, CEP: 22776-000, portador da carteira de identidade nº 2016102727, expedida pelo CREA/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 106 307 567-08, e

FABIO SOARES RODRIGUES, brasileiro, casado, arquiteto, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro (RJ) na Estrada Pau-Ferro, nº 255 apt. 402 Pechincha, CEP: 22.743-050 portador da carteira de identidade nº 011329419-3 Detran/RJ inscrito no CAU-RJ sob o nº A53636-9 e no CPF/MF sob o nº 107.741.257-64, 01

Únicos sócios representando a totalidade do capital social da sociedade **UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.**, sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.354.917/0001-10, com sede social na Rua Marília Peixoto Aquino, nº 1, Centro, Cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, cujo contrato social encontra-se registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob o NIRE 33.2.0592984-0, por despacho de 19/12/1997 (a "Sociedade"), e mais, resolvem alterar de comum acordo, o seu CONTRATO SOCIAL, de conformidade com as seguintes condições:

I – CLÁUSULA IV – Capital Social.

I.I – O Sócio **MAX JERONYMO ZULCHNER**, devidamente qualificado acima, detentor de 01 (uma) quota, totalizando R\$ 1,00 (um real) do Capital Social, cede e transfere para a Sociedade Empresária **GESTÃO 21 CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA**, também qualificada acima, todas as suas quotas, tendo recebido à vista e em moeda corrente do país o valor de R\$ 1,00 (um real).

I.II – O Sócio **RAFAEL ANDRADE BARBOSA SILVA**, devidamente qualificado acima, detentor de 01 (uma) quota, totalizando R\$ 1,00 (um real) do Capital Social cede e transfere para a Sociedade Empresária **GESTÃO 21 CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA**, também qualificada acima, todas as suas quotas, tendo recebido à vista e em moeda corrente do país o valor de R\$ 1,00 (um real).

I.III – Ficando desta forma distribuído:

Sócios Quotistas	Quotas	Valor em R\$	%
Gestão 21 Construções e Participações Ltda	79 999 996	79 999 996,00	99,96
Sandro Peixoto Failage	1	1,00	0,01
Rodolfo Moulin Pinheiro	1	1,00	0,01
Rogério Viana de Aquino	1	1,00	0,01
Fábio Soares Rodrigues	1	1,00	0,01
Total	80.000.000	80.000.000,00	100,00

II - CLÁUSULA XV – Disposições Finais

II.I – Destituição do Sr. **MAX JERONYMO ZULCHNER** do cargo de Diretor Técnico Operacional, ficando o mesmo vago

II.II – Destituição do Sr. **RAFAEL ANDRADE BARBOSA SILVA** do cargo de Superintendente Comercial, ficando o mesmo vago.

II.III - Ficando desta forma estabelecido:

São membros da Diretoria da Sociedade o Sr. **Rodolfo Moulin Pinheiro** na qualidade de Diretor Técnico Operacional, o Sr. **Sandro Peixoto Failage**, na qualidade de Diretor Administrativo, e os Srs. **Rogério Vianna de Aquino** e **Fábio Soares Rodrigues**, na qualidade de Superintendentes Operacionais, todos já qualificados acima os quais declararam não estar impedidos, por lei especial, e nem condenados ou encontrar-se sob efeitos da condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, permanecendo vagos os cargos de (01) Diretor Executivo, (01) Diretor Técnico Operacional e (01) Superintendente Comercial da Sociedade.

III - CLÁUSULA VI – Distribuição de Lucros

III.I – Altera-se a redação do parágrafo primeiro da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro - A Diretoria poderá, nos meses de junho e dezembro de cada exercício, efetuar distribuição de lucro para os sócios Sandro Peixoto Failage, Rodolfo Moulin Pinheiro, Rogério Vianna Aquino e Fábio Soares Rodrigues, em valores deliberados, conforme a cláusula acima.

IV – Permanecem inalteradas as demais cláusulas

Tendo em vista a deliberação acima, resolvem os sócios quotistas, por fim, consolidar o Contrato Social da Sociedade, o qual, revisado e atualizado, passa a vigorar com a seguinte redação

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO E ATUALIZADO DA
UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ nº 02.354.917/0001-10 - NIRE (RJ) 33.2.0592984-0**

CLÁUSULA I – Razão Social

A Sociedade girará sob a denominação de União Norte Fluminense Engenharia e Comércio Ltda.

CLÁUSULA II – Sede, Filiais e Prazo de Duração.

A Sede social será na Rua Marília Peixoto Aquino, nº 01, Centro de São João da Barra – RJ, CEP 20020-100, a filial Rio de Janeiro – RJ, na Rua da Assembleia, nº 66, 10º Andar – Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP 20011-000, a Filial Três Rios, na Rodovia BR-040 Bairro Moura Brasil, na Cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro, CEP. 25.812-470, a filial Quissamã no Sítio Maria, n.º 99999 no Bairro São José, Quissamã, Estado do Rio de Janeiro, CEP. 28.735-000 e a Filial Atafona São João da Barra na Estrada do Imbaíba, s/nº - Atafona, São João da Barra/RJ, CEP 28.200-000, podendo ser criadas outras filiais e dependências em qualquer parte do Território Nacional e no exterior. O prazo de duração da Sociedade será indeterminado, observando-se na sua dissolução, os preceitos da legislação em vigor.

CLÁUSULA III – Objeto Social

A Sociedade terá por objeto:

- 7112000 – Serviços de Engenharia;
- 4399101 – Administração de Obras;
- 7732201 – Aluguel de Máquinas e Equipamentos para Construção sem Operador, exceto Andaimos;
- 7739090 – Aluguel de Outras Máquinas e Equipamentos Comerciais e Industriais não Especificadas Anteriormente, sem Operador;
- 4330405 – Aplicação de Revestimentos e de Resinas em Interiores e Exteriores;
- 8130300 – Atividades Paisagísticas;
- 3702900 – Atividades Relacionadas a Esgoto, exceto a Gestão de Redes;
- 3600601 – Captação, Tratamento e Distribuição de Água;
- 3811400 – Coleta de Resíduos não Perigosos;
- 3812200 – Coleta de Resíduos Perigosos;

- 4662100 – Comércio Atacadista de Máquinas Equipamentos para Terraplanagem, Mineração e Construção, Partes e Peças.
- 4687701 – Comércio Atacadista de Resíduos de Papel e Papelão;
- 4687703 – Comércio Atacadista de Resíduos e Sucatas Metálicos;
- 4744099 – Comércio Varejista de Materiais de Construção em Geral;
- 4120400 – Construção de Edifícios;
- 4221904 – Construções de Estações e Redes de Telecomunicações;
- 4299501 – Construção de Instalações Esportivas e Recreativas;
- 4212000 – Construção de Obras-de-Arte Especiais
- 4222701 – Construção de Redes de Abastecimento de Água, coleta de Esgoto e Construções correlatas, exceto Obras de Irrigação;
- 2211101 – Construção de Rodovias e Ferrovias;
- 4411801 – Demolição de Edifícios e Outras Estruturas;
- 3600602 – Distribuição de Água por Caminhões;
- 5223100 – Estacionamento de Veículos;
- 7830200 – Fornecimento e Gestão de Recursos Humanos Para Terceiros;
- 9603301 – Gestão e Manutenção de Cemitérios;
- 4330401 – Impermeabilização em Obras de Engenharia Civil;
- 8122200 – Imunização e Controle de Pragas Urbanas;
- 3321000 – Instalação de Máquinas e Equipamentos Industriais;
- 4321500 – Instalação e Manutenção Elétrica;
- 4322301 – Instalações Hidráulicas, Sanitárias e de Gás;
- 9601701 – Lavanderias;
- 7711000 – Locação de Automóveis sem Condutor;
- 7820500 – Locação de Mão-de-Obra Temporária;
- 7719599 – Locação de Outros Meios de Transporte não Especificados Anteriormente, sem Condutor;
- 4221903 – Manutenção de Redes de Distribuição de Energia Elétrica;
- 4399103 – Obras de Alvenaria;
- 4391600 – Obras de Fundações;
- 4222702 – Obras de Irrigação;
- 4313400 – Obras de Terraplanagem;
- 4213800 – Obras de Urbanização – Ruas, Praças e Calçadas;
- 4291000 – Obras Portuárias, Marítimas e Fluviais;
- 8299799 – Outras Atividades de Serviços Prestados Principalmente às Empresas não Especificadas Anteriormente;
- 4330499 – Outras Obras de Acabamento da Construção;
- 4299599 – Outras Obras de Engenharia Civil não Especificadas Anteriormente;
- 4399105 – Perfuração e Construção de Poços de Água;
- 4211102 – Pintura para Sinalização em Pistas Rodoviárias e aeroportos;
- 7810800 – Seleção e Agenciamento de Mão-de-Obra;
- 0161002 – Serviço de Poda de Árvores para Lavouras;
- 7111100 – Serviços de Arquitetura;

- 4520005 – Serviços de Lavagem, Lubrificação e Polimento de Veículos Automotores,
4399104 – Serviços de Operação e Fornecimento de Equipamentos para Transporte e
Elevação de Cargas e Pessoas para uso em Obras;
4330404 – Serviços de Pintura de Edifícios em Geral,
3821100 – Tratamento e Disposição de Resíduos não Perigosos,
3822000 – Tratamento e Disposição de Resíduos Perigosos;
0810008 – Extração de sabão e beneficiamento associado;
3701100 – Gestão de redes de esgoto,
7120100 – Testes e análises técnicas.

CLÁUSULA IV – Capital Social

O capital social é de R\$ 80.000.000,00 (Oitenta milhões de reais), representado por 80.000.000 (Oitenta milhões) de quotas de valor nominal equivalente a R\$ 1,00 (um real) cada uma, já totalmente subscrito e integralizado e assim distribuído entre os sócios.

Sócios Quotistas	Quotas	Valor em R\$	%
Gestão 21 Construções e Participações Ltda.	79.999.996	79.999.996,00	99,96
Sandro Peixoto Failage	1	1,00	0,01
Rodolfo Moulin Pinheiro	1	1,00	0,01
Rogério Viana de Aquino	1	1,00	0,01
Fábio Soares Rodrigues	1	1,00	0,01
Total	80.000.000	80.000.000,00	100,00

Parágrafo Único – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social (Art. 1.052, CC/2002).

CLÁUSULA V – Administração da Sociedade e Poderes da Diretoria

A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta por até 4 (quatro) Diretores e 3 (três) Superintendências, sendo 2 (dois) Diretores Técnicos Operacionais, obrigatoriamente engenheiros devidamente registrados no respectivo órgão de classe, 1 (um) Diretor Administrativo, 1 (um) Diretor Executivo, 2 (duas) Superintendências Operacionais e 1 (uma) Superintendência Comercial, todos residentes no Brasil. Sócios Quotistas ou não, por estes eleitos, que assumirão os cargos com dispensa de caução.

Parágrafo Primeiro - Compete à Diretoria a representação ativa e passiva da Sociedade, em juízo ou fora dele. Observado o disposto nos parágrafos terceiro e quarto abaixo, compete à Diretoria representar a Sociedade perante terceiros e quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais.

Parágrafo Segundo - O prazo de mandato da Diretoria sera por tempo indeterminado. Os Sócios Quotistas representando a maioria do capital social podem destituir o Diretor a qualquer tempo, com ou sem causa. O Diretor deverá permanecer no exercicio de seu cargo até a investidura do individuo eleito para sucedê-lo ou até a sua destituição, renúncia ou morte.

Parágrafo Terceiro - Com exceção do disposto no Parágrafo Quarto abaixo, a Sociedade será representada mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um procurador com poderes especiais, nomeado na forma do Parágrafo Quinto abaixo.

Parágrafo Quarto - Será privativa do Diretor Administrativo ou de procurador (es) nomeado(s) na forma do Parágrafo Quinto abaixo a representação da Sociedade de maneira isolada, perante quaisquer bancos e instituições financeiras, públicas e/ou privadas, na abertura, movimentação e encerramento de contas correntes ou cadernetas de poupança; na assinatura, saque e desconto de cheques, solicitação de saldos e extratos, talões de cheques e cartões magnéticos; contratação de empréstimos, financiamentos, e realização de investimentos, aplicações e resgates bem como na assinatura de instrumentos e documentos que envolvam responsabilidades financeiras, incluindo contratos comerciais, títulos de crédito de qualquer natureza e contratos financeiros com órgãos públicos e privados, assim como a representação da Sociedade em processos de licitação, indicando representantes através de carta de credenciamento, podendo assinar ainda outros documentos relativos a processos licitatórios.

Parágrafo Quinto - É vedado aos Diretores outorgar procuração em nome da Sociedade, sem autorização de sócios quotistas representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social. As procurações, quando autorizadas pelos sócios como referido acima, serão sempre realizadas pela Sociedade com a assinatura de um Diretor, isoladamente, e mencionarão expressamente os poderes conferidos, e o período de validade terá prazo indeterminado.

Parágrafo Sexto - Os Diretores terão direito a uma retirada mensal a titulo de "pro labore" que será fixada pelos Sócios Quotistas e levada à conta de despesas da Sociedade.

Parágrafo Sétimo - Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor, os Sócios Quotistas nomearão seu substituto, que exercerá o cargo até que os Sócios Quotistas comuniquem haver o titular reassumido o seu exercicio.

Parágrafo Oitavo - É vedado aos Diretores, sem autorização de sócios quotistas representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, alienar ou onerar bens do ativo da Sociedade, tomar empréstimo, adquirir ou alienar participações em outras sociedades e dar caução, garantia ou aval em negócios estranhos ao objeto da Sociedade.

CLÁUSULA VI - Distribuição de Lucros

Os sócios poderão a qualquer tempo do exercício, efetuar distribuição de lucros para os sócios já devidamente qualificados acima, em valores deliberados conforme os resultados obtidos.

Parágrafo Primeiro - A Diretoria poderá, nos meses de junho e dezembro de cada exercício, efetuar distribuição de lucro para os sócios Sandro Peixoto Failage, Rodolfo Moulin Pinheiro, Rogério Vianna Aquino e Fábio Soares Rodrigues, em valores deliberados conforme a cláusula acima.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de haver distribuição de lucros a parte de cada Sócio Quotista será proporcional às suas quotas, salvo deliberação em contrário dos sócios representando a totalidade do capital social.

CLÁUSULA VII - Reunião dos Sócios Quotistas

Os Sócios Quotistas reunir-se-ão pelo menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social.

Parágrafo Primeiro - Cada quota confere direito a um voto nas deliberações sociais que com exceção das matérias que exijam quórum qualificado previsto em lei ou neste Contrato Social, serão tomadas pelo voto dos Sócios Quotistas que representem a maioria do capital social.

Parágrafo Segundo - Dependem da deliberação dos Sócios Quotistas representando a maioria do capital social, além de outras matérias indicadas na lei ou no presente Contrato Social:

- (I) a aprovação das contas da administração;
- (II) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas;
- (III) o pedido de falência ou recuperação judicial.

Parágrafo Terceiro - Salvo disposição diversa prevista em lei, dependem da deliberação dos Sócios Quotistas representando, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, além de outras matérias indicadas na lei ou no presente Contrato Social.

- (I) a incorporação, fusão, cisão e dissolução da Sociedade;
- (II) a cessação do estado de liquidação;
- (III) a abertura e o fechamento de filiais, agências e escritórios; e
- (IV) a alteração do Contrato Social.

Parágrafo Quarto - A convocação para a reunião dos Sócios Quotistas dar-se-á através de carta com protocolo de recebimento ou fac-símile, com 5 (cinco) dias corridos de antecedência da realização da referida reunião. Dispensam-se as formalidades de

convocação previstas neste Parágrafo Terceiro se (i) todos os Sócios Quotistas comparecerem à reunião ou (ii) se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quinto - A Reunião dos Sócios Quotistas poderá ser dispensada caso todos os Sócios Quotistas decidam, por escrito, sobre as matérias da ordem do dia

CLÁUSULA VIII – Cessão de Quotas

Nenhuma quotista poderá ceder suas cotas, no todo ou em parte, sem ser antes comunicado aos demais, as condições oferecidas por qualquer interessado em perspectiva, hipótese em que terão aqueles cotistas preferências em adquirir as cotas proporcionalmente às suas participações no capital social, dentro de 60 (sessenta) dias contados da data comunicações e nas mesmas condições

CLÁUSULA IX – Exercício Social

O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando se procederá ao levantamento do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras, com a observância das prescrições legais e dos princípios de contabilidade geralmente aceitos. Depois de feitas as reservas e provisões legais ou necessárias, os sócios deliberarão a respeito da aplicação do saldo por ventura apurado

Parágrafo Único – A Sociedade poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias e distribuir os lucros apurados, observadas as limitações legais, e ainda, distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros constantes do último Balanço Patrimonial.

CLÁUSULA X – Continuidade

A morte, falência, insolvência ou incapacidade de qualquer dos Sócios Quotistas não implicará na dissolução da Sociedade, que continuará a existir com os Sócios Quotistas remanescentes, a menos que estes, caso representem a maioria do capital social, resolvam dissolvê-la ou liquidá-la.

Parágrafo Primeiro – As quotas do Sócio Quotista falido, morto, incapaz ou insolvente poderão ser resgatadas pela Sociedade, mediante aplicação de lucros ou reservas, ou mediante redução do capital social.

Parágrafo Segundo – As quotas referidas no parágrafo anterior serão avaliadas pelo seu valor patrimonial, a ser apurado em balanço que haja sido levantado no máximo até 60 (sessenta) dias anteriores à data do evento. O pagamento das quotas do Sócio Quotista falido, morto, incapaz ou insolvente será feito em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas acrescidas de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano).

CLÁUSULA XI – Liquidação

A Sociedade dissolver-se-á e liquidar-se-á nos casos previstos em lei. Os Sócios Quotistas estabelecerão o modo de liquidação e nomearão o liquidante que deverá funcionar durante o período de liquidação.

CLÁUSULA XII – Transformação

A Sociedade poderá ser transformada em sociedade anônima mediante a deliberação dos Sócios Quotistas que representem a totalidade do capital social. Os Sócios Quotistas renunciam expressamente ao direito de retrada da Sociedade no caso de transformação da Sociedade em sociedade anônima.

CLÁUSULA XIII – Legislação Supletiva

O presente Contrato Social será regido pelos artigos 1052 a 1087 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002) no que se refere às sociedades limitadas e, supletivamente, pelos dispositivos aplicáveis da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações).

CLÁUSULA XIV – Foro

Fica eleito o foro do Rio de Janeiro (RJ), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou possam vir ter direito, por mais especial que seja.

CLÁUSULA XV – Disposições Finais

São membros da Diretoria da Sociedade o Sr. Rodolfo Moulin Pinheiro na qualidade de Diretor Técnico Operacional; o Sr. Sandro Peixoto Failage, na qualidade de Diretor Administrativo, e os Srs. Rogério Vianna de Aquino e Fábio Soares Rodrigues, na qualidade de Superintendentes Operacionais, todos já qualificados acima, os quais declararam não estar impedidos, por lei especial, e nem condenados ou encontrar-se sob efeitos da condenação, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, permanecendo vagos os cargos de (01) Diretor Executivo, (01) Diretor Técnico Operacional e (01) Superintendente Comercial da Sociedade.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento na presença de 2 (duas) testemunhas, que também o assinam, obrigando-se a cumpri-lo por si, seus herdeiros e sucessores.

Assinaturas da 1ª Alteração Contratual da empresa União Norte Fluminense Engenharia e Comércio Ltda

São João da Barra (RJ), 03 de julho de 2024

Gestão 21 Construções e Participações Ltda.

Hélio Pessanha Delbons

Sandro Peixoto Failage

(CPF/MF nº 433.677.477-34)

(CPF/MF nº 856.360.457-00)

Diretor

Diretor

Sandro Peixoto Failage

CPF/MF nº 856.360.457-00

Max Jerônimo Zulchner

CPF/MF nº 085.115.107-88

Rodolfo Moulin Pinheiro

CPF/MF nº 092.698.917-04

Rogério Vianna de Aquino

CPF/MF nº 680.395.497-87

Rafael Andrade Barbosa Silva

CPF/MF nº 106.307.567-08

Fábio Soares Rodrigues

CPF/MF nº 107.741.257-64

Testemunhas:

1

Nome: Bernardo Siqueira Ramiro
CPF: 117.748.307-60

2

Nome: Victor da Silva Senna
CPF: 122.492.957-86



Foto Aérea da Área Adminstrativa, Estação de Tratamento de Chorume e Planta de Geração de Energia.



Foto Aérea da Área Adminstrativa e Estação de Tratamento de Chorume.



Foto Aérea da Área Administrativa, Estação de Tratamento de Chorume e Planta de Geração de Energia.



Foto Aérea de todo o Aterro Sanitário de Três Rios.



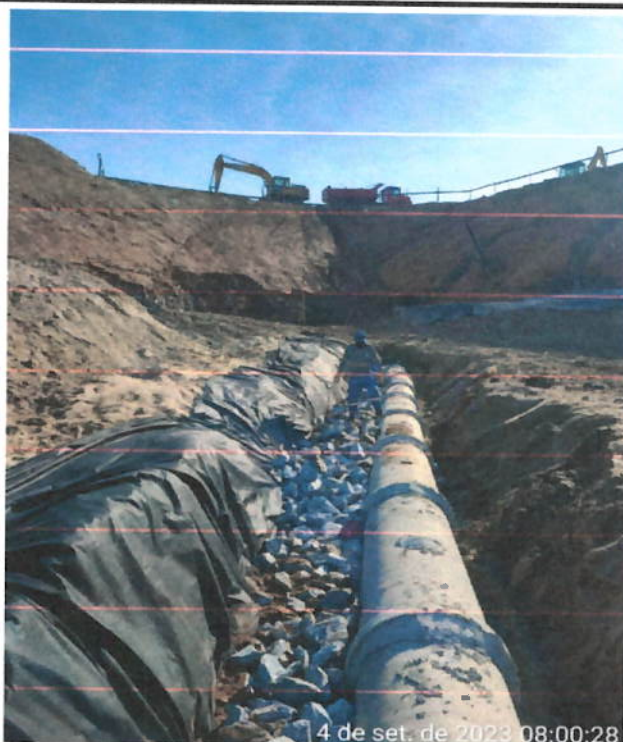
Foto Aérea do Maciço de Lixo.



Foto Aérea do Maciço de Lixo - Área de Expansão.



Drenagem Sub-superficial - Drenagem por baixo da área protegida com geomembrana.



14 de set. de 2023 08:00:28

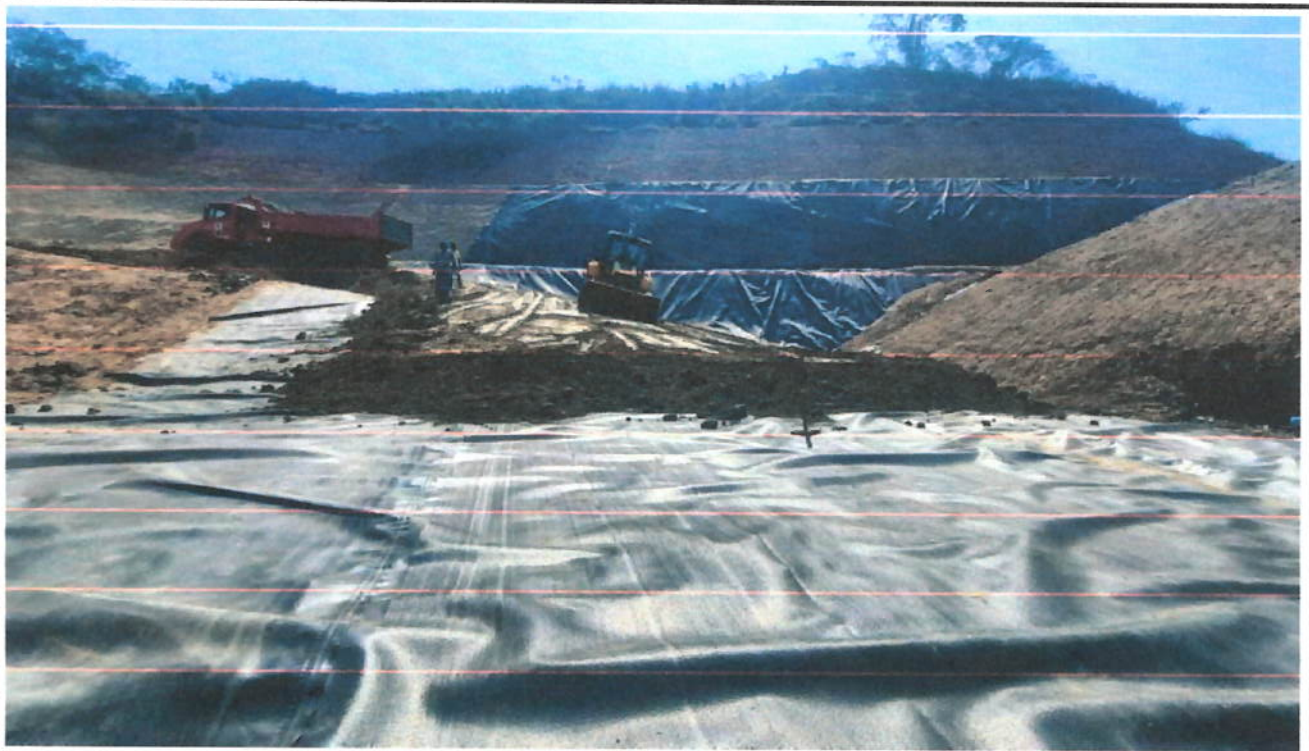


4 de set. de 2023 07:34:03

Drenagem Sub-superficial - Drenagem por baixo da área protegida com geomembrana.



Aplicação de Geomembrana para proteção do solo.



Proteção Mecânica com material de solo sobre a Geomembrana.



Proteção Mecânica com material de solo sobre a Geomembrana.



Drenagem de Base - Ampliação da área e interligação com a drenagem existente unificando o sistema



Drenagem de Base - Ampliação da área e interligação com a drenagem existente unificando o sistema



Drenagem de Base e sendo coberta com o lixo para início da operação de disposição.



Recobrimento dos resíduos com material de solo.



Recobrimento dos resíduos com material de solo.



Recobrimento dos resíduos com material de solo.



Umectação de vias com água potável para retenção de poeira.



Umectação de vias com água potável para retenção de poeira.



Aplicação de tubulação para captação do biogás.



Aplicação de canaletas de drenagem superficial para águas pluviais.



Cobertura vegetal sobre os taludes para estabilidade e combate a erosão.



Estação de Geração de Energia



Estação de Geração de Energia



Barreira Vegetal para contenção de ventos e consequentemente difusão de odores.



inea instituto estadual
do ambiente

LICENÇA PRÉVIA

LP Nº IN033586

A Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.5º, § 1º, I, da Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo art. 56, I, do Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, concede a presente Licença Prévia a

UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ/CPF:02.354.917/0001-10

Código : UN038215/35.51.50

Endereço: RUA MARÍLIA PEIXOTO AQUINO, 01 - CENTRO - SÃO JOÃO DA BARRA - RJ

aprovando a concepção e localização implantação de aterro sanitário para resíduos classe II-X-X-X-X-X-

no seguinte local:

RODOVIA BR-040, KM 17 - SÍTIO SÃO JORGE - MOURA BRASIL, município TRÊS RIOS

Condições de Validade Gerais

- 1- Esta licença foi emitida por decisão da Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, em sua 774ª reunião plenária, com base na Deliberação CECA nº 5.953, de 01.03.2016;
- 2- Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;
- 3- Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;

Esta Licença é válida até 07 de Março de 2018, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/002.10751/2014 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2016


MAURICIO COUTO CESAR JUNIOR
PRESIDENTE DA CECA

00001753

PREFEITURA DE MARICÁ

Aut nº 23291/24

de Início: 16/10/24

Fls: 142

LICENÇA PRÉVIA

LP Nº IN033586

Condições de Validade Específicas

- 4- Requerer a renovação desta Licença no mínimo 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do seu prazo de validade;
- 5- Não iniciar as obras antes da obtenção da Licença de Instalação - LI;
- 6- Não realizar intervenção em APP, supressão de vegetação e manejo de fauna nas áreas de intervenção antes da obtenção da LI;
- 7- Apresentar por ocasião do requerimento de LI:
 - 7.1- Detalhamento dos programas propostos no EIA/RIMA, que deverão conter metas e cronogramas previstos até a sua operação, bem como todas as restrições e condições contidas nessa licença ambiental
 - 7.2- Programa de Resgate da Fauna detalhado, contemplando o resgate de mastofauna, avifauna, herpetofauna e ictiofauna, em caso de intervenções em áreas alagadas, em nascentes e na área do açude.
 - 7.3- Definição da(s) área(s) de soltura para os animais capturados a ser(em) aprovada(s) pelo INEA;
 - 7.4- Programa de Monitoramento da Fauna Silvestre detalhado. Além das medidas já apresentadas, deverão ser incluídas no programa a inclusão de campanhas de monitoramento em áreas de controle e a realização de, no mínimo, duas campanhas amostrais na fase de pré-implantação do projeto, sendo uma no inverno e outra no verão.
 - 7.5- Planos de Manejo e Monitoramento específicos para a espécie *Jacamaralcyon tridactyla* cuitelão;
 - 7.6- Equipe responsável pelo resgate e monitoramento de fauna, com, no mínimo: um especialista em herpetofauna, um especialista em mastofauna, um especialista em ornitofauna e um especialista em ictiofauna com experiência comprovada em suas especialidades através de currículos;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA PRÉVIA

LP Nº IN033586

Condições de Validade Específicas

7.7- Programa de Treinamento e Educação Ambiental para os Trabalhadores das empreiteiras envolvidas em todas as fases da obra. Este programa deverá contemplar, no mínimo, informações sobre a relevância e o objetivo do salvamento da fauna; esclarecimentos sobre crimes ambientais cometidos contra a fauna; informações sobre as biocenoses da área e as medidas que devem ser adotadas para preservá-las e a conscientização dos condutores dos veículos do empreendedor e das contratadas sobre o risco de atropelamento de animais e cuidados para evitar acidentes;

7.8- Programa de Redução da Geração de Resíduos Sólidos Urbanos, Programa de Incentivo à Indústria da Reciclagem e ao Reaproveitamento de Resíduos Sólidos com Inclusão Social, Programa de Qualificação e Capacitação da Mão de Obra Local, Programa de Inserção dos Catadores de Lixo no Mercado de Trabalho, Programa de Controle e Prevenção de Acidentes de forma a atender aos impactos elencados;

7.9- Projeto Executivo de Reposição Florestal, a ser aprovado pelo INEA, contendo todas as descrições, de forma objetiva, da escolha de área contínua para reposição florestal, com localização já definida, metodologias de trabalho e cronogramas mínimos de 4 anos (48 meses) ou até o pleno restabelecimento da área reflorestada - com as etapas de pré-implantação, implantação, manutenção e monitoramento -, nos moldes do termo de referência disposto pela Resolução INEA nº 36/2011, com as devidas alterações dispostas pela Resolução INEA nº 89 de 05.06.2014;

7.10- Declaração de Utilidade Pública - DUP, motivadas em procedimento administrativo próprio, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo competente no caso de ausência de documento que comprove a concessão do serviço público de gestão de resíduos à empresa requerente;

7.11- Estudo que comprove que a implantação do empreendimento não acarretará inundações às áreas vizinhas, identificadas no EIA,;

7.12- Projeto Executivo da Central de Tratamento de Resíduos e todas suas unidades, contemplando a terraplanagem, sistema de drenagem, vias de acesso, ETE e sistemas coletores, canteiro de obras, sistema de captação, coleta e queima de Biogás, além de outros correlacionados, com indicação clara e objetiva dos sistemas de controle ambiental;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

PREFEITURA DE MARICÁ
su nº 23291/24
Data Início: 16/10/24
Assinatura: [assinatura] Fls: 144

LICENÇA PRÉVIA

LP Nº IN033586

Condições de Validade Específicas

7.13- Detalhamento das etapas a serem executadas na fase de implantação do empreendimento;

7.14- Laudo técnico, por meio de investigação detalhada, da contaminação do solo e águas subterrâneas, incluindo identificação dos mecanismos primários de liberação dos contaminantes, utilizando como orientação básica os estudos apresentados no EIA, bem como realizar investigações em solo superficial e sub-superficial, apresentando inclusive um mapeamento espacial da contaminação, seguindo rigorosamente as etapas constantes do Anexo III, da Resolução Conama nº 420/2009, sempre atentando às diretrizes estabelecidas pelas ABNT/NBR 15515-3, ABNT/NBR 16209, ABNT/NBR 16210, ABNT/NBR 15847, ABNT/NBR 15495-1, ABNT/NBR 15495-2;

7.15- Proposta de projeto para desativação do lixão vizinho ao empreendimento, em consonância com a Prefeitura de Três Rios, de forma a auxiliar o poder público no encerramento da atividade e monitoramento do passivo ambiental;

7.16- Proposta de aproveitamento do biogás gerado no aterro, tendo em vista cenários futuros de operação do mesmo, contemplando estimativas dos equipamentos e tecnologias que poderão ser utilizados;

8- Requisitar previamente a este órgão, Autorização Ambiental para o manejo de fauna;

9- Deverá ser respeitada a Faixa Marginal de Proteção (FMP) demarcada com 30 metros de largura, em ambas as margens do Córrego sem nome 1, Córrego sem nome 2 e Córrego sem nome 3, a partir das larguras de referência de 8,00; 3,10 e 4,10 metros, respectivamente, e de 50 metros ao redor das nascentes, conforme planta aprovada pelo INEA. A seção teórica é de uso exclusivo para demarcação da FMP;

10- Na FMP demarcada são vedadas edificações, edículas ou qualquer tipo de construção, com exceção casos previstos nos Artigos 3º e 8º da Lei Nº 12.651/2012, mediante aprovação do projeto e autorização do INEA, no âmbito do licenciamento ambiental;

11- Caso haja interesse em explorar os recursos hídricos superficiais ou subterrâneos, será necessário requerer junto ao INEA a regularização através de Processo Administrativo próprio;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA PRÉVIA

LP Nº IN033586

Condições de Validade Específicas

- 12- Qualquer intervenção em corpo hídrico, identificada como necessária para a implantação do empreendimento, deverá ser avaliada pelo órgão ambiental, no âmbito da solicitação de LI, cabendo à empresa requerente apresentar os projetos e estudos necessários para análise técnica;
- 13- Considerar o Plano Estadual de Controle de Poluição Veicular (PCPV) que contempla os Programas de Inspeção e Manutenção dos Veículos em Uso - Programa de I/M e o de Automonitoramento de Emissão de Fumaça Preta, além das Campanhas de Qualidade do Ar, nos planos e programas propostos;
- 14- Contemplar no programa de Monitoramento e Mitigação de Ruídos e Vibrações: (a) material e método de análise dos cenários de poluição sonora, (b) descrição das medidas de controle e de proteção à população afetada, (c) parâmetros analisados, pontos de monitoramento e sua frequência;
- 15- Informar ao INEA, antes da eventual emissão da Licença de Instalação, o valor dos investimentos, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18.07.00, publicada no D.O.U. de 19.07.00. Para efeito de medidas compensatórias, deverá ser aplicado o valor correspondente a 1,1% do valor total dos investimentos necessários para implantação do empreendimento, não incluídos os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos causados pelo empreendimento, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais em medidas compensatórias;
- 16- Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada;
- 17- Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração no projeto;
- 18- O INEA exigirá outras informações, caso julgue necessárias. -x-x-x-x-x-

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

LI Nº IN041807

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, e suas modificações posteriores e em especial do Decreto nº 44.820, de 2 de junho de 2014 que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental, concede a presente Licença de Instalação a

UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ/CPF: 02.354.917/0001-10

Código INEA: UN038215/35.51.50

Endereço: RUA MARÍLIA PEIXOTO AQUINO, Nº 1 - CENTRO - SÃO JOÃO DA BARRA - RJ

para implantação de centro de tratamento de resíduos - CTR, compreendendo as seguintes unidades: aterro sanitário para resíduos sólidos, classe II; unidade de tratamento de percolato; unidade de tratamento por autoclavagem de RSSS (grupos A, D e E) e unidades de apoio-x-x-x-x-x-

no seguinte local:

RODOVIA BR-040, KM 17 - SÍTIO SÃO JORGE - MOURA BRASIL, município TRÊS RIOS

Condições de Validade Gerais

- 1-Esta Licença foi emitida por decisão do Conselho Diretor, CONDIR, em sua 402ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental, realizada em 20.09.2017, tendo como base o parecer elaborado pela área técnica, nos moldes do art. 8º, inc. V, c/c art. 14, inc. III, do Decreto Estadual n. 41.628, de 12 de janeiro de 2009;
- 2-Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;
- 3-Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;

Esta Licença é válida até 18 de Novembro de 2020, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/002.8993/2016 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2017



MARCUS DE ALMEIDA LIMA
PRESIDENTE CONSELHO DIRETOR

PREFEITURA DE MARICÁ
Ano nº 23291/24
Data Início: 16/10/24
Ass: 247

LICENÇA DE INSTALAÇÃO**LI Nº IN041807****Condições de Validade Específicas**

- 4-Requerer a renovação desta licença no mínimo 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do seu prazo de validade, caso a implantação do projeto não seja concluída nesse prazo.
- 5-Apresentar ao INEA, na ocasião do requerimento da Licença de Operação declaração de Conformidade referente ao cumprimento de todas as restrições constantes desta Licença, discriminando as ações adotadas;
- 6-Apresentar trimestralmente registro fotográfico da execução das obras de implantação do aterro sanitário;
- 7-Não iniciar as atividades de recebimento de resíduos antes da obtenção da Licença de Operação - LO;
- 8-Atender à NBR 13.896 - Aterros de resíduos não perigosos - Critérios para projetos, implantação e operação, da ABNT;
- 9-Implantar todos os sistemas pertinentes ao empreendimento, conforme os projetos /programas apresentados, incluindo todas as unidades de tratamento dos resíduos;
- 10-Apresentar a Licença Ambiental da jazida para retirada de material de recobrimento do resíduo, caso haja necessidade de utilização de material de terceiros;
- 11-Manter programa de treinamento periodico do pessoal incumbido da operação do aterro sanitário e do sistema de autoclavagem;
- 12-Promover a limpeza periódica do conjunto separador de água e óleo, utilizando os serviços com empresa licenciada para tal atividade, mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização;
- 13-Umidificar as vias internas e de acesso da área do empreendimento de forma a minimizar a emissão de material particulado;
- 14-Atender às normas municipais quanto ao tráfego de veículos durante as obras
- 15-Comunicar imediatamente ao Serviço de Operações em Emergências Ambientais do INEA, plantão de 24 horas pelos telefones (21) 2334-7910, (21) 2334-7911 e (21) 98596-8770, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente;
- 16-Não realizar queima de qualquer material ao ar livre (Lei Estadual nº 2049/92);
- 17-Evitar todas as formas de acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue.

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

LI Nº IN041807

Condições de Validade Específicas

43-Nos casos em que for necessária a eutanásia de animais, o óbito deverá ocorrer sem que haja sofrimento e sem a procedência de estresse adicional, adotando o método de eutanásia adequado para a espécie, conforme Resolução CFMV nº 1000, de 11 de maio de 2012;

44-Verificar o status de ameaça de cada espécie da fauna terrestre segundo a Lista Nacional de Espécies Ameaçadas e a Lista Estadual de Espécies Ameaçadas comparando com a lista de espécies capturadas;

45-Encaminhar ao INEA trimestral e final consolidado, em meio impresso e digital, descrevendo as atividades desenvolvidas e resultados obtidos, incluindo:

a) Lista de espécies encontradas, destacando as espécies ameaçadas de extinção, endêmicas, raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, e as migratórias, bem como a lista dos animais encontrados mortos;

b) Cálculo da riqueza das comunidades, estimativa de abundância e frequência das espécies, índice de diversidade e demais análises estatísticas que forem pertinentes ao acompanhamento da comunidade e população da fauna local;

c) Lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes capturados, constando: local e data de captura, habitat, triagem, marcação, tipo de identificação individual, registro e biometria de cada animal;

d) Registros dos acidentes com animais ocorridos, com informações como data, local e causa do acidente, estado do animal, e outras que forem pertinentes;

e) Encaminhar declaração de recebimento, emitida pela Instituição de depósito, com número de tombamento dos animais recebidos.

f) Encaminhar declaração de soltura, com especificação da espécie, número de anilha e assinatura do responsável técnico.

46-Realizar curso de capacitação pessoal para as equipes de resgate, com oito horas de duração, apresentando lista de presença;

47-Encaminhar cópia das publicações resultantes dos trabalhos decorrentes do uso de espécimes objeto desta licença, em prazo não superior a 15 (quinze) dias da data de qualquer publicação;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

DEFEITURA DE MARIC
nº 23251/2024
de início: 16/10/24
Fis: NSA

LICENÇA DE INSTALAÇÃO**LI Nº IN041807****Condições de Validade Específicas**

- 48-Será de responsabilidade do empreendedor qualquer dano ambiental não previsto neste parecer que ocorra em razão das ações para os programas de Fauna;
- 49-Executar o projeto de restauração florestal em área de 28,0 ha como compensação pela supressão de vegetação;
- 50-Apresentar, trimestralmente no primeiro ano e semestralmente nos demais, relatórios de acompanhamento dos plantios realizados como compensação, cuja manutenção deverá ser realizada por no mínimo 04 anos ou até o seu pleno estabelecimento;
- 51-O material lenhoso oriundo da supressão de vegetação não poderá ser comercializado;
- 52-Comunicar ao INEA a data de início das atividades de supressão de vegetação;
- 53-Informar, no prazo de 15 (quinze) dias após o início da supressão de vegetação, o destino final do material lenhoso a ser removido da área;
- 54-Requerer o DOF (Documento de Origem Florestal), caso seja necessário o transporte do material lenhoso até seu destino final;
- 55-Contratar profissional habilitado para supervisão dos trabalhos de supressão de vegetação e equipar os trabalhadores envolvidos com os Equipamentos de Proteção Individual necessários;
- 56-Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada;
- 57-Suometer previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração no projeto;
- 58-O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.
- X-X-X-X-X

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467 de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9505, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.



REFEITURA DE MARICÁ
 Nº 023231/2024
 de Início: 16/10/24
 Fls. NS2

inea instituto estadual
 do ambiente

Governo do Estado do Rio de Janeiro
 Secretaria de Estado do Ambiente
 Instituto Estadual do Ambiente

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO NºIN000318

O Instituto Estadual do Ambiente (Inea), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009 e suas modificações posteriores e, em especial, o Decreto nº 44.820, de 02 de junho de 2014, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental (Slam), concede a presente Licença de Operação a

UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ/CPF: 02.354.917/0001-10

Endereço: RUA MARÍLIA PEIXOTO AQUINO, 1 - CENTRO - SÃO JOÃO DA BARRA - RJ

Objeto: Operação de Célula da Fase 01 do Aterro Sanitário para RSU classe II, e de Unidade de Tratamento de Percolado e Unidade de Apoio.

No seguinte local:

RODOVIA BR-040, KM 17 - SÍTIO SÃO JORGE, S/N - MOURA BRASIL - TRÊS RIOS - RJ

Prazo de validade:

Esta Licença é válida até 12 de maio de 2022, respeitadas as condições nela estabelecidas e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº PD-07/014.239/2017 e seus anexos.

Assinatura: MARCUS DE ALMEIDA LIMA:44649392, Certificado: Autoridade Certificadora do PROEPJ v2
 Hash Doc: 4-cfd8bdc5980a089487c62dbd844d2ec43e1539, Data Assinatura: 12/05/2017 11:59:11

Documento produzido e assinado eletronicamente, possuindo validade legal, desde que em meio eletrônico.

00002530



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente
Instituto Estadual do Ambiente

REFEITURA DE
du nº 23251/2024
de início: 26/10/24
Fls. NS3

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO NºIN000318

Condições de validade:

- 1 - Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;
- 2 - Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração, nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;
- 3 - Requerer a Renovação desta Licença de Operação em até 120 dias (cento e vinte dias) antes do término de sua validade;
- 4 - Apresentar trimestralmente ao INEA, Relatório de Monitoramento de Águas superficiais analisando os parâmetros propostos pela Resolução CONAMA 357/2005;
- 5 - Apresentar trimestralmente ao INEA, Relatório de Monitoramento Geotécnico;
- 6 - Somente receber resíduos de outros Estados da Federação com autorização do INEA;
- 7 - Manter a frente de lançamentos (operacional) no menor espaço possível devendo a mesma receber o devido recobrimento sempre que houverem paralisações do lançamento de resíduos por período superior a 24 horas;
- 8 - Recobrir conforme projeto os resíduos sólidos dispostos no Aterro Sanitário, com material de granulometria nas frações de silte e argila;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e nas Normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento desta Licença de Operação (LO).

Assinado eletronicamente pelo(a) Signatário(a) em 12/05/2017 11:59:11
Hash Doc: 48cf38bd5980a089187c62dc0844d2ec43e1539, Data Assinatura: 12/05/2017 11:59:11



Secretaria
do Ambiente



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente
Instituto Estadual do Ambiente

inea

instituto estadual
do ambiente

REFEITURA DE MARICÁ

do nº 3281/2019

de início: 16/10/2019

até: 15/11/2019

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN000318

9 - Apresentar mensalmente ao INEA relatório detalhado do tratamento do percolato e/ou envio, caso necessário se faça, de percolato (chorume) para tratamento e destinação final contendo, minimamente, as informações relativas ao volume transportado e dados das empresas contratadas para o transporte, tratamento e destinação final;

10 - Apresentar trimestralmente ao INEA, Relatório de Pesagem e Recebimento de resíduos no Aterro, especificando dia e hora da pesagem, placa, tipo, volume e peso bruto do caminhão, tara e peso líquido da medição e a tipologia do resíduo disposto classificado conforme a Lei Federal nº. 12.305/10;

11 - Manter responsável técnico pela operação do sistema de tratamento de resíduos sólidos urbanos com registro no Conselho Profissional de Classe e comprovadamente qualificado para desempenhar essa atividade;

12 - Apresentar semestralmente ao INEA, Relatório de Monitoramento de Águas Subterrâneas analisando os parâmetros propostos na CONAMA Nº 420/2009;

13 - Atender a Resolução CONAMA N. 430, de 13/05/11, publicada no D.O.U de , que dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA para o tratamento de chorume;

14 - Enviar ao INEA Relatório de Acompanhamento de Efluentes (RAE) do chorume bruto, com frequência determinada na DZ-942 R-7 - Diretriz do Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos PROCON-ÁGUA, aprovada pela Deliberação CECA nº. 1.995 de 10/10/90, publicada no D.O.E.R.J. de 14/01/91

O não cumprimento das condições constantes deste documento e nas Normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento desta Licença de Operação (LO).

Signatário: MARCUS DE ALMEIDA LIMA:44645392, Certificado: Autoridade Certificadora do PRODERJ V2
Hash Doc: 48efd8bcd5980a0894e7c62dbd844d2ec43e1539, Data Assinatura: 12/05/2017 11:55:11

00002531



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente
Instituto Estadual do Ambiente

PREFEITURA DE MARICÁ
Aut nº 23251/2024
de Início: 16/10/24
Ass: [assinatura] Fls: NSS

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO NºIN000318

15 - Atender a Resolução INEA nº. 64 de 12 de dezembro de 2012 que Dispõe sobre a apresentação de inventário de emissões de gases de efeito estufa para fins de licenciamento ambiental no Estado do Rio de Janeiro;

16 - Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos);

17 - Evitar todas as formas de acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*;

18 - Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;

19 - Comunicar imediatamente ao Serviço de Controle de Poluição Acidental do INEA, plantão 24h, pelos telefones: (21) 2334-7910, 2334-7911 ou 98596-8770, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental;

20 - Não captar água em corpos hídricos superficiais ou subterrâneos para a operação do empreendimento sem a obtenção de outorga do INEA;

21 - Manter todos os programas/projetos, ora implantados, em operação até o encerramento das atividades no Aterro;

22 - Atender a DZ 1310 R.07 - Sistema de Resíduos de Manifesto, aprovada pela Deliberação CECA nº. 4.497, de 03/09/04, publicada no D.O.E.R.J. de 21 de setembro de 2004, ou legislação que venha a substituir;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e nas Normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento desta Licença de Operação (LO).

Assinado eletronicamente pelo: MARCOS DE ALMEIDA LINO:44445392. Certificado: Autenticidade Certificada via do PRODERJ v2
Hash Doc: 45c1d8bd5980a0e9-87c62dbd844d2ec43e1539. Data Assinatura: 12/05/2017 11:58:11



Secretaria
do Ambiente



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente
Instituto Estadual do Ambiente

inea instituto estadual
do ambiente

Processo nº 23291/2024
de Início: 16/10/24
Fls. 156

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO NºIN000318

23 - Apresentar, trimestralmente no primeiro ano e semestralmente nos demais, relatórios de acompanhamento dos plantios realizados como compensação, cuja manutenção deverá ser realizada por um período de 48 (quarenta e oito) meses ou até o seu pleno estabelecimento;

24 - Dar continuidade aos programas relativos à fauna que foram apresentados no Plano Básico Ambiental: Programa de Monitoramento de Fauna Silvestre e o Programa de Monitoramento do Cuitelão;

25 - Atender à Lei nº 12.651 de 25/05/2012 (código florestal) e suas alterações e inclusões elaboradas pela Lei nº 12.727 de 17/10/2012;

26 - Manter as canaletas de águas pluviais desobstruídas, de forma a preservar o correto funcionamento do sistema drenagem;

27 - Manter vigilância permanente, inclusive nos horários em que não estiver operando, impedindo o acesso de pessoas não autorizadas e animais

28 - Concluir a implantação da barreira vegetal, de acordo com o projeto apresentado;

29 - Atender a DZ-056-R.3 – Diretriz para Realização de Auditoria Ambiental, aprovada pela Resolução CONEMA Nº 021, de 07 de maio de 2010;

30 - Atender a DZ.215-R.4 “Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária, aprovada pela Deliberação CECA no 4.886, de 25 de setembro de 2007;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e nas Normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento desta Licença de Operação (LO).

Signatário: MARCOS DE ALMEIDA LIMA:44645392, Certificado: Autoridade Certificadora do PRODERJ v2
Hash Doc: 48cfd8bcd5980a089487c62d0d844d2ec43e1532, Data Assinatura: 12/05/2017 11:58:11

Documento produzido e assinado eletronicamente, possuindo validade legal apenas se pelo eletrônico.

00002532



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente
Instituto Estadual do Ambiente

PREFEITURA DE MARICÁ
Ass. nº 23251/2017
de início 16/10/2017
Ass. nº 152

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO NºIN000318

31 - Atender à NBR 13.896 – Aterros de resíduos não perigosos – Critérios para projetos, implantação e operação de Aterros Sanitários

32 - O projetista é o responsável técnico pelo dimensionamento do Aterro;

33 - Não prever o recebimento no aterro sanitário de resíduos classificados de acordo com a NBR 10.004 como sendo Classe I – Perigosos;

34 - Queimar os gases oriundos do aterro em queimadores instalados no topo dos drenos dos gases;

35 - Atender a Resolução INEA Nº 65 de 14 de dezembro de 2012 que Dispõe sobre a apresentação de plano de mitigação de emissões de gases de efeito estufa para fins de licenciamento ambiental no Estado do Rio de Janeiro;

36 - Providenciar a umidificação das vias internas da área do empreendimento para combater a emissão de poeiras;

37 - Manter atualizados, junto ao INEA, os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada;

38 - Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração e/ou ampliação na atividade;

39 - O INEA exigirá novas medidas de controle, sempre que julgar necessário.

O não cumprimento das condições constantes deste documento e nas Normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento desta Licença de Operação (LO).

Assinado por: MARCOS DE ALMEIDA LIMA:44645332, Certificado: Autoridade Certificadora do PRODERJ v2
Hash Doc: 48c143bce398da384487c62c0de44d2ec43e1539, Data Assinatura: 12/05/2017 11:58:11



Secretaria
do Ambiente



inea instituto estadual
do ambiente

REFEITURA DE MAI
nº 23231/2024
Início: 16/10/24
Fls. 158

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente
Instituto Estadual do Ambiente

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº TN000318

Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2017.

Marcus de Almeida Lima
Presidente do Inea

O não cumprimento das condições constantes deste documento e nas Normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento desta Licença de Operação (LO).

Signatário: MARCUS DE ALMEIDA LIMA:4445392, Certificado: Autoridade Certificadora do PRODERJ V2
Hash Doc: 48cfd8bdc59801708427c62dbd844d7ec43e1539, Data Assinatura: 12/05/2017 11:58:11


REQUERIMENTO DE LICENÇA

Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM

- 1 - Tipo**
- ☐ - Prévia-LP
- ☐ - Instalação-LI
- ☒ - Operação-LO
- ☐ - Prévia e Instalação-LPI
- ☐ - Instalação e Operação-LIO
- ☐ - Operação e Recuperação-LOR
- ☐ - Recuperação-LAR
- ☐ - Simplificada-LAS
- ☐ - Termo de Encerramento-TE
- 1ª - Fase** Renovação ☐ - Prorrogação

2 - Lic. Anterior: LO Nº IN000318 Processo PD-07/014.239/2017

Para uso do Inea

REFEITURA DE MARICÁ
Nº 23251/2029
Data Início: 26/10/24
Ass:  PIS: 159

Código

3 - Dados do Requerente:

Nome Empresarial ou Nome União Norte Fluminense Engenharia e Comércio LTDA.

Nome Fantasia União Norte Fluminense Engenharia e Comércio LTDA.

CNPJ/CPF 02.354.917/0001-10

I. E.

Nº de Inscrição no CTF / CTE 1647839

Endereço Rua Marília Aquino Peixoto, nº 01

CEP 28.200.200

Bairro / Distrito Centro

Município São João da Barra

UF RJ

Telefone (22) 2741-1511

Fax

e-mail meioambiente@uniaonorte.com.br

4 - Endereço do Empreendimento/Atividade:

Logradouro / Número Rodovia BR 040, KM 17 - S/N Sítio São Jorge

CEP

Bairro / Distrito Moura Brasil

Município Três Rios

5 - Endereço para Correspondência:

Logradouro / Número Rua da Assembleia, nº 66

CEP 25.820.060

Bairro / Distrito Centro

Município Rio de Janeiro

UF RJ

Telefone (21) 2212-3100

Fax

e-mail meioambiente@uniaonorte.com.br

6 - Representantes Legais

Nome Sandro Peixoto Failage

CPF 856.360.457-00

Telefone (21) 2212-3100

Fax

e-mail meioambiente@uniaonorte.com.br

Nome

CPF

Telefone

Fax

e-mail

7 - Pessoa de Contato

Nome Luiza da Silva Nunes

CPF 1543182969

Telefone (21) 2212-3136

Fax

e-mail meioambiente@uniaonorte.com.br

Exemplar da Assinatura

8 - Número de Documentos Anexos

Número de Folhas Anexas

Assinatura: 23/9/2024

Data de Início: 16/10/24

9 - Descrição da(s) Atividade(s):

Solicitação de análise para RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO IN 000318, para o empreendimento (CTR Três Rios) por um período de 10 anos. O objeto da mesma será : "OPERAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO PARA RSU CLASSE II, UNIDADE DE TRATAMENTO DE PERCOLADO E UNIDADES DE APOIO". Informamos que não houve alteração quanto ao Memorial Descritivo e Projeto apresentados e aprovados junto ao órgão ambiental quando da expedição da Licença de Operação anterior.

10 - Responsável Técnico:

Nome Rodolfo Moulin Pinheiro

CPF 092.698.917-04

Formação Profissional Engenheiro Civil

Conselho/Registro 200463278-0

Telefone (21) 2212-3100

Fax

e-mail meioambiente@uniaonorte.com.br

☒ - Projeto☒ - Operação☐

Nome

CPF

Formação Profissional

Conselho/Registro

Telefone

Fax

e-mail

☐ - Projeto☐ - Operação☐

11 - Declaro para os devidos fins, que o desenvolvimento das atividades relacionadas neste requerimento realizar-se-á de acordo com os dados transcritos e anexos indicados no item 8 (oito), pelo que venho requerer ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA a expedição da respectiva licença.

Rio de Janeiro

10

de

junho

de

2022

Assinatura do Representante Legal

Sandro Peixoto Failage

Nome

Imprimir



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Diretoria de Licenciamento Ambiental

Of.INEA/DIRLAM SEI N.º INEA/DIRLAM N.º 044/2022

Ilmo. Sr. Diretor

Rodolfo Moulin Pinheiro

União Norte Fluminense Engenharia e comércio Ltda.

Rua Marília Peixoto Aquino, n.º 01, Centro

CEP: 28200-200 – São João da Barra /RJ

Ref.: Requerimento de renovação da Licença de Operação n.º IN000318;
PD-07/014.239/2017 e SEI-070002/005569/2022 (*favor mencionar em eventual resposta*);

Assunto: Carta CFAT m. 110/2022 (32918791);

Senhor Rodolfo,

Atendendo ao solicitado em sua carta (32918791) e considerando o requerimento de renovação da Licença de Operação (LO) n.º IN000318, concedida a União Norte Fluminense Engenharia e comércio Ltda em 12 de maio de 2017, com validade até 12 de maio de 2022, no âmbito do processo administrativo n.º PD-07/014.239/2017, declaramos que embora a licença ambiental tenha ultrapassado o prazo de validade nela previsto, ele se encontra prorrogado em razão de haver requerimento tempestivo de renovação em trâmite neste Instituto, haja vista o cumprimento do prazo previsto no art. 14, §4º, da Lei Complementar Federal n.º 140, de 08 de dezembro de 2011, e do art. 37, do Decreto Estadual n.º 46.890, de 23 de dezembro de 2019. Ou seja, com a antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, permanecendo, pois, seu prazo legalmente válido e o Instrumento surtindo seus devidos efeitos, até que seja concluída a análise do requerimento de renovação por este Instituto, mesmo após alcançado o prazo de validade previsto no instrumento.

Atenciosamente,

LEONARDO DAEMON D'OLIVEIRA

Diretor de Licenciamento Ambiental

Inea/Dirlam – ID 4347957-0



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Daemon D Oliveira Silva, Diretor de Licenciamento Ambiental**, em 23/05/2022, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **32918833** e o código CRC **752AA727**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070002/005569/2022

SEI nº 32918833

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312

Telefone:

CAPA DE PROCESSAMENTO



Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial

00-2017/177310-1
JUCERJA

24 mai 2017 16:00
Guia: 102334704

Comarca(s)

Atos: 102

CONSORCIO LIMP LAGOS

HASH: M17051773101Q

Junta - Calculado: 554,00
DNRC - Calculado: 21,00

Pago: 554,00
Pago: 21,00

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: CONSORCIO LIMP LAGOS

Protocolo: 00-2017/177310-1 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

33.5.0003449-1
DATA: 31/05/2017

Bernardo F. S. Barwanger
SECRETÁRIO GERAL

Requer o N.º de deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIA	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	OTIM	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
01	201			Constituição

(vide Instrução do processamento Tab 02)

Campos
22/05/17
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar de Comércio:

Nome:

Assinatura

Telefone de contato

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(is) / Gerente(is) ou semelhante(s):

☐ Sim

☐ Não

Processo em ordem
A decisão.

☐ Não

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência

(Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo de arquivamento. Publicação e arquivamento

☐ Processo de arquivamento. Publicação e arquivamento

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência

(Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo de arquivamento. Publicação e arquivamento

☐ Processo de arquivamento. Publicação e arquivamento

30/05/2017

33.5.0003449-1

Observações

Pedro Eugênio Moreira Costa
Vogal
ID: 5078196-0

Alberto Machado Soares
Vogal - JUCERJA
Id. Funcional: 5087640-6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONSORCIO LIMP LAGOS

Nire: 33500034491

Protocolo: 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento: 33500034491 - 31/05/2017

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

3

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE
CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO**



FORÇA AMBIENTAL LTDA., CNPJ Nº 20.217.115/0001-40, com sede na Rua João Francisco de Almeida, nº 1285/parte, Centro, Cep.: 28.200-000, São João da Barra-RJ, cujo contrato social de constituição encontra-se devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA sob o nº. NIRE: 33.2.0973959-0, neste ato representada pelo seu Diretor Administrativo o Sr. **SANDRO PEIXOTO FAILAGE**, brasileiro, casado, administrador de empresas, com endereço comercial na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Rua da Assembleia, nº 66, Centro, CEP 20.011-000, portador da carteira de identidade nº 20-74714, expedida pelo CRA-RJ e inscrito no CPF nº 856.360.457-00; e

CJT ENGENHARIA E CONTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 08.289.424/0001-20, com sede na Av. Rio Branco, nº 20, 3º. Andar, Parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ CEP 20.090-000, cujo contrato social de constituição encontra-se devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA sob o nº. NIRE 33.2.1009683-4, neste ato representada pelos seus Sócios, os Srs : **TIAGO OTACILIO DE ALFEU JUNIOR**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil e sanitarista, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 1049, apto. 1002, Copacabana, CEP 22.060-002, portador da carteira de identidade nº 00962643300, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF nº 143.782.803-53 e **DANIEL MATHIAS DE NORONHA**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Sorimã, n. 324 – Barra da Tijuca, portador da carteira de identidade n.º 039.052.198.61, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF n.º 121.961.127-12 e das condições abaixo estabelecidas:

Os representantes das empresas declaram sob as penas da Lei que não estão incluídos em quaisquer artigos que os impeçam de exercer quaisquer das suas atividades.

Doravante designadas em conjunto como **PARTES**.

CONSIDERANDO:

- a) Que as **PARTES** participam conjuntamente, sob a forma de consórcio, da concorrência pública para a "Coleta de Resíduos não perigosos; Tratamento e disposição de Resíduos não perigosos; Coleta de Resíduos Perigosos; Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos; Transporte Rodoviário de Produtos não Perigosos; Construção de Redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obra de irrigação" objeto do Edital de Concorrência nº 001/2017, promovido pela Prefeitura Municipal de Saquarema localizada na Rua Coronel Madureira, nº 77, Centro – Saquarema/RJ.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSORCIO LIMP LAGOS
Nire: 33500034491

Protocolo: 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento: 33500034491 - 31/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

b) Que a Proposta apresentada pelas **PARTES** foi considerada vencedora do aludido certame fazendo-se necessário constituir formalmente o **CONSÓRCIO**, através do qual contratarão e executarão em conjunto os serviços e obras pertinentes.

c) Que as **PARTES** concordam em associar-se, por meio de um consórcio constituído nos termos da legislação em vigor e segundo o permissivo estabelecido no item 6.6 do Edital.

As **PARTES** resolvem formalizar o presente Instrumento de Constituição de Consórcio mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO, SEDE E PRAZO.

O Consórcio ora constituído denominar-se-á **CONSÓRCIO LIMP-LAGOS** (Doravante denominado simplesmente **CONSÓRCIO**), e terá sua sede na Rua João Francisco de Almeida, n.º 1.285 parte, Centro, São João da Barra – RJ, CEP: 28.200-000. Este Contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a data em que, cumulativamente, (i) terminar o Contrato, mediante o Termo de Aceitação Definitiva; e (ii) forem satisfeitas as obrigações das **PARTES** nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO.

a) Constitui objeto do **CONSÓRCIO** a conjugação de esforços e recursos das **PARTES** com o fim específico "Coleta de Resíduos não perigosos; Tratamento e disposição de Resíduos não perigosos; Coleta de Resíduos Perigosos; Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos; Transporte Rodoviário de Produtos não Perigosos; Construção de Redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obra de irrigação" objeto do Edital de Concorrência nº 001/2017, promovido pela Prefeitura Municipal de Saquarema.

b) O objeto do **CONSÓRCIO** compreende a mobilização e o fornecimento de recursos, bens e serviços necessários à consecução do objeto descrito no item acima, em montante, prazo e modo adequados, conforme estabelecido no Edital de Licitação e nas determinações da Prefeitura Municipal de Saquarema.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES.

a) Cada uma das **PARTES** será individual, solidária e integralmente responsável perante a Prefeitura Municipal de Saquarema, pelo completo e satisfatório cumprimento do **CONTRATO** e seus aditivos, bem como por todas as demais obrigações legais daí concernentes. A responsabilidade das **PARTES** é solidária apenas e tão somente em relação a Prefeitura Municipal de Saquarema e ao objeto do **CONTRATO**.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSORCIO LIMP LAGOS

Nire: 33500034491

Protocolo: 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento: 33500034491 - 31/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

- b) Consequentemente, cada **PARTE** será responsável na proporção, de sua participação no **CONSÓRCIO** pelos débitos de qualquer natureza seja de natureza fiscal, trabalhistas, previdenciária, seja proveniente de impostos, taxas e contribuições de qualquer natureza bem como quaisquer compromissos financeiros em nome do **CONSÓRCIO**.
- c) As **PARTES** comprometem-se igualmente em prestar todas e quaisquer obrigações acessórias necessárias ao Fisco Federal, Estadual e Municipal, bem como perante as repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais.
- d) De acordo com os artigos 278 e 279 da Lei 6.404/76, o **CONSÓRCIO** não terá personalidade jurídica, configurando mera associação entre as consorciadas, consubstanciando direitos e obrigações que cada uma das **PARTES** individualmente assume perante a **Prefeitura Municipal de Saquarema** nos termos deste instrumento e do **CONTRATO**. Cada uma das partes conservará a sua personalidade jurídica própria, mantendo sua plena autonomia e liberdade para continuar a operar individualmente os seus respectivos fins sociais, conservando sua independência econômica e administrativa, bem como todos os direitos decorrentes de suas autonomias jurídicas.
- e) As **PARTES** declaram ter exposto conhecimento das regras que regem, do ponto de vista societário, contábil e fiscal, a relação de empresas consorciadas, como no caso presente.
- f) Declaram, ainda, que preenchem todos os requisitos legais para a constituição e registros do **CONSÓRCIO**, não possuindo quaisquer débitos de natureza, federal, estadual ou municipal, que possam direta ou indiretamente impedir ou prejudicar a regularização do **CONSÓRCIO**, em especial a obtenção de **CNPJ** junto a Secretaria da Receita Federal e demais documentos fiscais exigidos.
- g) As **PARTES**, conjuntamente, executarão as obras e serviços objeto do **CONTRATO** com base nos seus termos e condições.
- h) Cada **PARTE** obriga-se a alocar recursos na devida proporção de suas participações no **CONSÓRCIO** para fazer frente aos custos necessários para a execução do objeto deste **CONTRATO**.
- i) Cada **PARTE** obriga-se a cumprir e fazer com que sejam cumpridos os cronogramas previstos no Memorial Descritivo, de modo a assegurar o bom e fiel cumprimento do **CONTRATO** celebrado com a **Prefeitura Municipal de Saquarema**.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSORCIO LIMP LAGOS
Nire: 33500034491

Protocolo: 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento: 33500034491 - 31/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

CLÁUSULA QUARTA – DAS PARTICIPAÇÕES.

a) As **PARTES** participam do objeto do presente instrumento na proporção abaixo:

FORÇA AMBIENTAL LTDA.	90%
CJT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.	10%

b) As empresas consorciadas obrigam-se a não alterar a composição e constituição inicial do **CONSÓRCIO**, sem anuência formal da **Prefeitura Municipal de Saquarema**, visando manter válidas as premissas que asseguram a habilitação e classificação do **CONSÓRCIO** original.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIDERANÇA E ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO.

a) A liderança do **CONSÓRCIO** será exercida pela **FORÇA AMBIENTAL LTDA.**

b) A administração do **CONSÓRCIO** será exercida individualmente pela empresa líder **FORÇA AMBIENTAL LTDA** perante a **Prefeitura Municipal de Saquarema** e a terceiros, assim como que todas as decisões estratégicas e outras que impliquem na assunção de compromissos por parte do **CONSÓRCIO**.

c) Na liderança e administração do **CONSÓRCIO**, a **FORÇA AMBIENTAL LTDA.**, poderá se fazer representar pelo seu Diretor Administrativo na forma de seu contrato social ou por procuradores com plenos poderes para tal.

d) Na forma da alínea "c", o administrador do **CONSÓRCIO** poderá nomear procuradores para representar o **CONSÓRCIO** em juízo ou fora dele, perante toda e qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, incluindo, qualquer instituição financeira, agência governamental, órgão público federal, estadual ou municipal, Prefeituras, empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a Caixa Econômica Federal, as Secretarias da Receita Federal, Estadual e Municipal, as autoridades aduaneiras, a Polícia Federal, o Banco Central do Brasil e suas agências reguladoras, todos os órgãos dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, tribunais administrativos e equiparados.

e) As **PARTES** reconhecem e acordam que, adotarão a mesma diligência na condução de seus próprios negócios, e não estarão atuando em nome próprio, mas em nome de cada **PARTE** do **CONSÓRCIO** na proporção da respectiva participação no **CONSÓRCIO**, conforme definido na **CLÁUSULA QUARTA – DAS PARTICIPAÇÕES**.

CLÁUSULA SEXTA - DO FATURAMENTO, RECEITAS E DESPESAS.

PREFEITURA DE MARICÁ
Nº 23291/2024
Data Início: 16/10/24
Nº 162

- a) O faturamento do serviço será efetuado de acordo com a Legislação vigente.
- b) O **CONSÓRCIO** terá contabilidade própria para escrituração de todas as receitas e despesas relacionadas com a execução do objeto deste instrumento, a qual será utilizada para dar suporte à contabilidade legal de cada consorciada.
- c) A receita operacional do **CONSÓRCIO** consiste nos pagamentos efetuados pela **Prefeitura Municipal de Saquarema** ao **CONSÓRCIO** em função do progresso na execução do serviço, nos termos e condições estabelecidos no Contrato celebrado com a **Prefeitura Municipal de Saquarema** (a "Receita Operacional do Consórcio"); o resultado de aplicações financeiras dos recursos disponíveis nas contas do **CONSÓRCIO** (a "Receita Financeira do Consórcio") será adicionado a Receita Operacional do Consórcio na determinação da receita total do **CONSÓRCIO** (a "Receita Total do Consórcio").
- d) Os custos operacionais do **CONSÓRCIO** consistem em todas as despesas diretas e indiretas incorridas na execução do Contrato celebrado com a **Prefeitura Municipal de Saquarema** pelas **PARTES** a partir da data de assinatura deste **CONTRATO** (exceto em relação às despesas incorridas com assessoria jurídica contenciosa anteriormente a assinatura deste para assegurar a celebração do Contrato celebrado com a **Prefeitura Municipal de Saquarema**), e serão rateados entre as **PARTES** na mesma proporção de sua respectiva Participação no **CONSÓRCIO**.
- e) Para efeito de cômputo dos Custos do **CONSÓRCIO**, fica desde já estabelecido que, em caso de alocação parcial de funcionários e/ou equipamentos ao **CONSÓRCIO**, os respectivos custos somente serão cobertos na mesma proporção do tempo em que os mesmos permanecerem efetivamente dedicados ao **CONSÓRCIO**.
- f) O resultado do **CONSÓRCIO** é determinado pela dedução dos Custos do Consórcio da Receita Total do Consórcio (o "Resultado do Consórcio").
- g) Com a finalidade de facilitar a gestão e os fluxos financeiros entre as **PARTES** e terceiros no âmbito do **CONSÓRCIO**, será estabelecida uma conta corrente em nome do **CONSÓRCIO**.
- h) Todas as movimentações bancárias serão efetuadas exclusivamente pelos representantes legais da **FORÇA AMBIENTAL LTDA.**, conforme estabelecido no contrato social.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONSORCIO LIMP LAGOS

Nire: 33500034491

Protocolo: 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento: 33500034491 - 31/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

- i) A participação nas perdas e nos lucros será definida pelas **PARTES** e não será necessariamente proporcional à participação, mencionada na alínea "a" da **CLÁUSULA QUARTA**.
- j) Os aportes de recursos financeiros serão realizados pelas **PARTES**, quando necessários à execução do **CONTRATO**, mediante celebração do respectivo termo de aporte de capital ao **CONSÓRCIO**, que sempre será subscrito pelos representantes das **PARTES**.
- k) Caso qualquer das **CONSORCIADAS** deixe de cumprir tempestivamente suas obrigações legais e/ou contratuais, a outra **CONSORCIADA** poderá, facultativamente, a seu exclusivo critério, de forma alternativa ou cumulativa: (i) cumprir a obrigação inadimplida, revertendo à receita total correspondente ao cumprimento da obrigação assumida da **CONSORCIADA** inadimplente, a seu favor. (ii) fica a **CONSORCIADA** inadimplente obrigada a remunerar de forma compensatória os valores correspondentes a encargos moratórios de 5% (cinco) por cento ao mês e de multa moratória no valor correspondente a 10% (dez por cento) aplicados sobre o valor total da receita revertida a favor da **CONSORCIADA** adimplente, ou seja, que assumiu a obrigação.

CLÁUSULA SÉTIMA - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES.

- a) Todos os tributos, tais como PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e ISS, que incidam sobre a Receita total do **CONSÓRCIO**, serão recolhidos no âmbito do **CONSÓRCIO** e em nome de cada uma das **PARTES**, na proporção da respectiva participação de cada **CONSORCIADA** e de acordo com o regime tributário das partes.
- b) Cada uma das **PARTES** será responsável pela parcela correspondente à respectiva Participação no **CONSÓRCIO** dos demais tributos incidentes sobre as operações contempladas pelas atividades do **CONSÓRCIO**.
- c) As contribuições tais como o INSS, serão calculadas e recolhidas nos moldes acima.

CLÁUSULA OITAVA - DA DISSOLUÇÃO.

- a) O **CONSÓRCIO** será dissolvido de pleno direito mediante o acerto final de contas realizado e assinado pelas **PARTES**, na ocorrência de uma das condições abaixo, observando, porém, o disposto na **CLÁUSULA SÉTIMA - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES**.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONSORCIO LIMP LAGOS

Nire: 33500034491

Protocolo: 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento: 33500034491 - 31/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – NOTIFICAÇÕES

Todas as Notificações entre as **PARTES** deverão ser entregues à outra **PARTE** pessoalmente, por e-mail com aviso de recebimento ou enviadas por fac-símile (com cópia de confirmação também enviada por meio de carta registrada), aos cuidados das pessoas e nos endereços abaixo indicados, ou para outras pessoas ou endereços conforme indicado por escrito por cada **PARTE** às outras:

- a) Se para a **FORÇA AMBIENTAL LTDA.**: Rua João Francisco de Almeida, nº 1.285
parte - Centro – São João da Barra – RJ, CEP.: 28.000-000.
- b) Se para a **CJT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.**: Avenida Rio Branco, nº 20,
3º andar - Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP.: 20.090-000.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SIGILO

Os dados, conhecimento ou informações técnicas e comerciais revelados por uma **PARTE** à outra serão considerados como sigilosos, devendo ser tratados como estritamente confidenciais, podendo ser revelados a terceiros, também sob condição de sigilo, apenas na medida das necessidades relativas às atividades do **CONSÓRCIO** ou quando sua divulgação for oriunda de determinação legal.

Ajustam ainda as **PARTES** que esta confidencialidade pendurará mesmo após a dissolução do presente **CONSÓRCIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – COMPROMISSÓRIA

O **CONSÓRCIO** obriga-se a resolver, por meio de conciliação, mediação ou arbitragem, através de conciliadores, mediadores e árbitros escolhidos de comum acordo, toda e qualquer disputa controversa que possa surgir entre eles, relacionada e oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas neste Instrumento Particular de Constituição de Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÃO À TRANSFERÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NO CONSÓRCIO

- a) Ressalvadas as hipóteses de transferência de Participação no **CONSÓRCIO** previstas neste **CONTRATO**, é vedado às partes ceder, transferir, alienar, gravar ou onerar qualquer direito ou obrigação decorrente de, ou relacionado a, este **CONTRATO**.
- b) As restrições previstas no item acima não se aplicam à cessão e/ou transferência de Participação no **CONSÓRCIO** por qualquer **PARTE** a suas respectivas controladoras,

controladas, coligadas e/ou afiliadas e/ou empresas sob controle comum (uma "Parte Relacionada"), desde que as seguintes condições sejam observadas:

- A Prefeitura Municipal de Saquarema tenha consentido com a operação;
- A Parte Relacionada cessionária preencha todos os requisitos técnicos e econômicos necessários ao cumprimento do Contrato celebrado com a Prefeitura Municipal de Saquarema;
- A Parte Relacionada cessionária tenha anuído por escrito aos termos e condições do presente CONTRATO, do Contrato celebrado com a Prefeitura Municipal de Saquarema, e de todos os demais instrumentos correlatos, assumindo integralmente as obrigações da PARTE que vier a substituir no CONSÓRCIO;
- A PARTE que estiver cedendo ou transferindo sua Participação no CONSÓRCIO garanta solidariamente as obrigações que venham a ser assumidas pela PARTE Relacionada cessionária nos termos deste CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DECLARAÇÕES E GARANTIAS.

Cada uma das PARTES declara e garante à outra PARTE o quanto segue:

- a) (i) É uma sociedade devidamente organizada, validamente existente e em situação regular segundo as leis do Brasil; (ii) tem poder, autorização e capacidade para celebrar este CONTRATO e cumprir as obrigações dele decorrentes; e (iii) este CONTRATO foi devidamente autorizado e assinado por seu(s) representante(s) legal(is) e constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da PARTE, exequível de acordo com seus termos, exceto na medida em que tal execução possa estar limitada por execução concursal ou processo de insolvência de qualquer natureza;
- b) A celebração deste CONTRATO e o cumprimento pela PARTE de suas obrigações dele decorrentes não constituem violação ou descumprimento de qualquer dispositivo de seus documentos constitutivos ou de qualquer contrato, acordo ou demais instrumentos dos quais a PARTE seja parte ou aos quais a PARTE esteja vinculada, nem constitui violação ou descumprimento de qualquer dispositivo ou condição de qualquer norma jurídica;
- c) Não está inadimplente nos termos de qualquer instrumento de garantia ou empréstimo do qual a PARTE seja parte ou ao qual a PARTE esteja vinculada e não está irregular nos termos de qualquer norma jurídica cujo descumprimento ou violação possa afetar a capacidade da PARTE de cumprir com suas obrigações previstas neste CONTRATO e no Contrato celebrado com a Prefeitura Municipal de Saquarema;
- d) A celebração deste CONTRATO e o cumprimento pela PARTE de suas obrigações dele decorrentes não estão sujeitos a qualquer aprovação, autorização, consentimento

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSORCIO LIMP LAGOS
Nire: 33500034491

Protocolo: 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento: 33500034491 - 31/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

ou qualquer outro ato de qualquer autoridade governamental, e na medida em que pudessem estar sujeitos, tais autorizações, aprovações e consentimentos foram obtidos anteriormente à assinatura deste **CONTRATO** e continuam válidos e eficazes na data deste **CONTRATO**; e

- e) Não há qualquer litígio, demanda, ação judicial ou administrativa ou investigação pendente ou potencial contra a parte que possa afetar a capacidade da **PARTE** de cumprir com suas obrigações previstas neste **CONTRATO** e no Contrato celebrado com a **Prefeitura Municipal de Siquarema**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FOLHA DE PAGAMENTO

Cada uma das **PARTES** será responsável por todos os pagamentos e encargos devidos a seus respectivos empregados alocados nos serviços estabelecidos na alínea "a" da Cláusula Segunda, eximindo assim, a outra parte de quaisquer responsabilidades trabalhistas, civis e criminais que possam vir a ocorrer, obrigando-se assim, a deixar a outra parte sempre isenta de quaisquer responsabilidades, mesmo que subsidiariamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) Nenhuma das **PARTES** terá o direito de ceder este **CONTRATO** ou qualquer dos direitos ou obrigações aqui contidas sem o prévio consentimento por escrito da outra parte.
- b) Este **CONTRATO** vincula as **PARTES** e seus respectivos sucessores e cessionários a qualquer título.
- c) As **PARTES** admitem e concordam que os direitos e obrigações, e as relações entre as **PARTES** decorrentes deste **CONTRATO**, não constituem qualquer **PARTE** como agente ou mandatário da outra **PARTE**, com exceção expressa ao disposto na Cláusula Quinta.
- d) Caso qualquer das disposições deste **CONTRATO** ou qualquer outro contrato, documento, ou instrumento celebrado de acordo com os termos deste não seja válida e eficaz nos termos da legislação aplicável, tal invalidade ou ineficácia não afetará as disposições remanescentes, que permanecerão válidas e em pleno vigor, exceto se tal disposição afetar substancialmente e adversamente os interesses de qualquer das partes.
- e) As **PARTES** levarão este **CONTRATO** a registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, quando então seus efeitos superarão e prevalecerão em relação a todos os

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSORCIO LIMP LAGOS
Nire: 33500034491

Protocolo: 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento: 33500034491 - 31/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

demais acordos que possam ter existido entre as **PARTES** em relação à matéria objeto deste.

PREFEITURA DE MARICÁ
ano nº 12325179024
Início: 16/01/24
172

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – LEI APLICÁVEL

Este **CONTRATO** será regido e interpretado de acordo com as leis brasileiras.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

As **PARTES** elegem o foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, como o competente para dirimir dúvidas ou controvérsias porventura oriundas ou decorrentes do presente instrumento, com renúncia a qualquer outro, mesmo que privilegiado.

Por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento em (04) quatro vias de igual teor e forma, e para um só efeito jurídico, na presença de suas testemunhas.

Rio de Janeiro, 05 de Maio de 2017.

FORÇA AMBIENTAL LTDA.

SANDRO PEIXOTO FAILAGE
DIRETOR ADMINISTRATIVO

CJT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

TIAGO OTACILIO DE ALFEN JR.
SÓCIO

DANIEL MATHIAS DE NORONHA
SÓCIO

TESTEMUNHAS

Nome: Marlon Rodrigues Mariano de Sá
CPF: 021.487.797-37

Nome: Bernardo Siqueira Ramiro
CPF: 117.748.307-60

Visto do Advogado.

Sílvio A. Graça Araújo.
OAB/RJ: 23.633

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSORCIO LIMP LAGOS
Nire: 33500034491

Protocolo: 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento: 33500034491 - 31/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

REPETITURA DE MARCA
nº: 23251/2024
Início: 26/10/24
Nº 3

00-2017/177310-1 24 mai 2017 16:00
JUCERJA Guia: 102334704

Atos: 102

CONSORCIO LIMP LAGOS

HASH:M17051773101Q

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 554,00 Pago: 554,00
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00
ULT. ARQ:

RECONHECO POR SEMELHANÇA: 24a DE DE NOTAS - JOSE MARIO P. PINTO
A(S) FIRMA(S) DE Av. Alm. Barros, 139 C - (21) 3553-6020
DANIEL NATHIAS DE NORONHA
Valor total: 7,14
Rio de Janeiro, 05/05/2017. MARLON ENILTO MAGALHÃES
ECR025631-ADP
Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

RECONHECO POR SEMELHANÇA: 24a DE DE NOTAS - JOSE MARIO P. PINTO
A(S) FIRMA(S) DE Av. Alm. Barros, 139 C - (21) 3553-6020
TIAGO OTACILIO DE ALFEU JUNIOR
Valor total: 7,14
Rio de Janeiro, 05/05/2017. MARLON ENILTO MAGALHÃES
ECR025624-TZC
Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

RECONHECO POR SEMELHANÇA: 24a DE DE NOTAS - JOSE MARIO P. PINTO
A(S) FIRMA(S) DE Av. Alm. Barros, 139 C - (21) 3553-6020
SANDRO PEIXOTO FAIARE
Valor total: 7,14
Rio de Janeiro, 05/05/2017. MARLON ENILTO MAGALHÃES
ECR025620-PF6
Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSORCIO LIMP LAGOS
Nire: 33500034491

Protocolo: 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento: 33500034491 - 31/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

CÓDIGO DE ACESSO

RJ.42.91.46.93 - 00.085.636.045.700

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)
CONSORCIO LIMP-LAGOS

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

101 Inscrição de primeiro estabelecimento
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ☒ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável☐ Preposto

NOME

SANDRO PEIXOTO FAILAGE

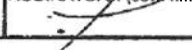
CPF

856.360.457-00

LOCAL E DATA

Campos RJ 22/05/2017

ASSINATURA (com firma reconhecida)



06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA UNIDADE
CADASTRADORA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONSORCIO LIMP LAGOS

Nire: 33500034491

Protocolo: 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento: 33500034491 - 31/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

LEITURA DE MARCA
SU nº 23231/2024
Data 26/10/24
Pág. 175

CAPA DE PROGRESSÃO



Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial

00-2017/177310-1
JUCERJA

24 mai 2017 16:00
Guia: 102334704

Carimbo

(NIRE) Número de Registro Empresarial e Nacional de Identificação

CONSORCIO LIMP LAGOS

HASH M170517731010
Junta - Calculado 554,00 Pago 554,00
DNRC - Calculado 21,00 Pago 21,00



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: CONSORCIO LIMP LAGOS

Protocolo: 00-2017/177310-1 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E

DATA ABAIXO

33.5.0003449-1
DATA: 31/05/2017

hmv
Bernardo F. S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

Requerer o NIRE e deferimento de registro até

IP DO VAS	CODIGO DO ATU	CODIGO DO EVENTO	OTIM	DESCRIÇÃO DO ATU / EVENTO
001	001			Constituição

Conte registro de processo sob o NIRE 33.5.0003449-1

Comarca
22.05.17
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar de Comércio

Nome

Assinatura

Telefone de contato

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO INDIVIDUAL

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Representante(s) legal(is) ou semelhante(s):

☐ sim

☐ não



Processo em ordem
de decisão

1

☐ sim

DECISÃO INDIVIDUAL

☐ Processo em suspensão
(Não disponível em tela aberta)

☐ Processo de arquivamento: Publicação e arquivamento

☐ Processo de arquivamento: Publicação e arquivamento

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em suspensão
(Não disponível em tela aberta)

☒ Processo de arquivamento: Publicação e arquivamento

☐ Processo de arquivamento: Publicação e arquivamento

30.05.2017
Data

Consistência

Pedro Eugênio Moreira Costa
Vogal
ID: 5078395-0
Pezelo

Alberto Machado Soares
Vogal - JUCERJA
Id. Funcional: 5087640-6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa CONSORCIO LIMP LAGOS
Nire 33500034491
Protocolo 0020171773101 - 24/05/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO
Autenticação C85CFF6480FD4139B8ECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39
Arquivamento 33500034491 - 31/05/2017

hmv
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE
CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO**

FORÇA AMBIENTAL LTDA., CNPJ nº 20.217.115/0001-40, com sede na Rua João Francisco de Almeida, nº 1285/parte, Centro, Cep.: 28.200-000, São João da Barra-RJ, cujo contrato social de constituição encontra-se devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA sob o nº. NIRE. 33.2.0973959-0, neste ato representada pelo seu Diretor Administrativo o Sr. **SANDRO PEIXOTO FAILAGE**, brasileiro, casado, administrador de empresas, com endereço comercial na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Rua da Assembleia, nº 66, Centro, CEP 20.011-000, portador da carteira de identidade nº 20-74714, expedida pelo CRA-RJ e inscrito no CPF nº 858.360.457-00, e

CJT ENGENHARIA E CONTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 08.289.424/0001-20, com sede na Av. Rio Branco, nº 20, 3º Andar, Parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ CEP 20.090-000, cujo contrato social de constituição encontra-se devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA sob o nº. NIRE 33.2.1009683-4, neste ato representada pelos seus Sócios, os Srs : **TIAGO OTACILIO DE ALFEU JUNIOR**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil e sanitaria, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 1049, apto. 1002, Copacabana, CEP 22.060-002, portador da carteira de identidade nº 00962643300, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF nº 143.782.803-53 e **DANIEL MATHIAS DE NORONHA**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Sorimã, n. 324 – Barra da Tijuca, portador da carteira de identidade n.º 039 052 198.61, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF n.º 121.961.127-12 e das condições abaixo estabelecidas:

Os representantes das empresas declaram sob as penas da Lei que não estão inclusos em quaisquer artigos que os impeçam de exercer quaisquer das suas atividades.

Doravante designadas em conjunto como **PARTES**.

CONSIDERANDO:

- a) Que as **PARTES** participam conjuntamente, sob a forma de consórcio, da concorrência pública para a "Coleta de Resíduos não perigosos; Tratamento e disposição de Resíduos não perigosos; Coleta de Resíduos Perigosos; Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos; Transporte Rodoviário de Produtos não Perigosos; Construção de Redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obra de irrigação" objeto do Edital de Concorrência nº 001/2017, promovido pela Prefeitura Municipal de Saquarema localizada na Rua Coronel Madureira, nº 77, Centro – Saquarema/RJ.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa CONSORCIO LIMP LAGOS
Nire 33500034491

Protocolo: 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO

Autenticação: C85CFF6480FD41398BECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento: 33500034491 - 31/05/2017


Bernardo F. S. Beraanger
Secretário Geral

- b) Que a Proposta apresentada pelas PARTES foi considerada vencedora do aludido certame fazendo-se necessário constituir formalmente o **CONSÓRCIO**, através do qual contratarão e executarão em conjunto os serviços e obras pertinentes.
- c) Que as PARTES concordam em associar-se, por meio de um consórcio constituído nos termos da legislação em vigor e segundo o permissivo estabelecido no item 6.6 do Edital.

As PARTES resolvem formalizar o presente Instrumento de Constituição de Consórcio mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO, SEDE E PRAZO.

O Consórcio ora constituído denominar-se-á **CONSÓRCIO LIMP-LAGOS** (Doravante denominado simplesmente **CONSÓRCIO**), e terá sua sede na Rua João Francisco de Almeida, n.º 1.285 parte, Centro, São João da Barra – RJ, CEP: 28 200-000. Este Contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a data em que, cumulativamente, (i) terminar o Contrato, mediante o Termo de Aceltação Definitiva; e (ii) forem satisfeitas as obrigações das PARTES nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO.

- a) Constitui objeto do **CONSÓRCIO** a conjugação de esforços e recursos das PARTES com o fim específico "Coleta de Resíduos não perigosos; Tratamento e disposição de Resíduos não perigosos; Coleta de Resíduos Perigosos; Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos; Transporte Rodoviário de Produtos não Perigosos; Construção de Redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obra de irrigação" objeto do Edital de Concorrência nº 001/2017, promovido pela Prefeitura Municipal de Saquarema.
- b) O objeto do **CONSÓRCIO** compreende a mobilização e o fornecimento de recursos, bens e serviços necessários à consecução do objeto descrito no item acima, em montante, prazo e modo adequados, conforme estabelecido no Edital de Licitação e nas determinações da Prefeitura Municipal de Saquarema

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES.

- a) Cada uma das PARTES será individual, solidária e integralmente responsável perante a Prefeitura Municipal de Saquarema, pelo completo e satisfatório cumprimento do CONTRATO e seus aditivos, bem como por todas as demais obrigações legais daí concernentes. A responsabilidade das PARTES é solidária apenas e tão somente em relação a Prefeitura Municipal de Saquarema e ao objeto do CONTRATO.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSÓRCIO LIMP LAGOS
Nire: 33500034491

Protocolo: 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO

Autenticação: C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento: 33500034491 - 31/05/2017


Bernardo P. E. Gonçalves
Secretário Geral

- b) Consequentemente, cada **PARTE** será responsável na proporção, de sua participação no **CONSÓRCIO** pelos débitos de qualquer natureza seja de natureza fiscal, trabalhistas, previdenciária, seja proveniente de impostos, taxas e contribuições de qualquer natureza bem como quaisquer compromissos financeiros em nome do **CONSÓRCIO**.
- c) As **PARTES** comprometem-se igualmente em prestar todas e quaisquer obrigações acessórias necessárias ao Fisco Federal, Estadual e Municipal, bem como perante as repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais.
- d) De acordo com os artigos 278 e 279 da Lei 6.404/76, o **CONSÓRCIO** não terá personalidade jurídica, configurando mera associação entre as consorciadas, consubstanciando direitos e obrigações que cada uma das **PARTES** individualmente assume perante a **Prefeitura Municipal de Saquarema** nos termos deste instrumento e do **CONTRATO**. Cada uma das partes conservará a sua personalidade jurídica própria, mantendo sua plena autonomia e liberdade para continuar a operar individualmente os seus respectivos fins sociais, conservando sua independência econômica e administrativa, bem como todos os direitos decorrentes de suas autonomias jurídicas.
- e) As **PARTES** declaram ter expresso conhecimento das regras que regem, do ponto de vista societário, contábil e fiscal, a relação de empresas consorciadas, como no caso presente
- f) Declaram, ainda, que preenchem todos os requisitos legais para a constituição e registros do **CONSÓRCIO**, não possuindo quaisquer débitos de natureza, federal, estadual ou municipal, que possam direta ou indiretamente impedir ou prejudicar a regularização do **CONSÓRCIO**, em especial a obtenção de CNPJ junto a Secretaria da Receita Federal e demais documentos fiscais exigidos.
- g) As **PARTES**, conjuntamente, executarão as obras e serviços objeto do **CONTRATO** com base nos seus termos e condições.
- h) Cada **PARTE** obriga-se a alocar recursos na devida proporção de suas participações no **CONSÓRCIO** para fazer frente aos custos necessários para a execução do objeto deste **CONTRATO**.
- i) Cada **PARTE** obriga-se a cumprir e fazer com que sejam cumpridos os cronogramas previstos no Memorial Descritivo, de modo a assegurar o bom e fiel cumprimento do **CONTRATO** celebrado com a **Prefeitura Municipal de Saquarema**.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa CONSÓRCIO LIMP LAGOS
Nire 33500034491

Protocolo 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO

Autenticação: C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento 33500034491 - 31/05/2017


Bernardo F. S. Benveniste
Secretário Geral

CLÁUSULA QUARTA – DAS PARTICIPAÇÕES.

- a) As **PARTES** participam do objeto do presente instrumento na proporção abaixo.

FORÇA AMBIENTAL LTDA.	90%
CJT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.	10%

- b) As empresas consorciadas obrigam-se a não alterar a composição e constituição inicial do **CONSÓRCIO**, sem anuência formal da **Prefeitura Municipal de Saquarema**, visando manter válidas as premissas que asseguram a habilitação e classificação do **CONSÓRCIO** original.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIDERANÇA E ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO.

- a) A liderança do **CONSÓRCIO** será exercida pela **FORÇA AMBIENTAL LTDA.**
- b) A administração do **CONSÓRCIO** será exercida individualmente pela empresa líder **FORÇA AMBIENTAL LTDA** perante a **Prefeitura Municipal de Saquarema** e a terceiros, assim como que todas as decisões estratégicas e outras que impliquem na assunção de compromissos por parte do **CONSÓRCIO**
- c) Na liderança e administração do **CONSÓRCIO**, a **FORÇA AMBIENTAL LTDA.**, poderá se fazer representar pelo seu Diretor Administrativo na forma de seu contrato social ou por procuradores com plenos poderes para tal
- d) Na forma da alínea "c", o administrador do **CONSÓRCIO** poderá nomear procuradores para representar o **CONSÓRCIO** em juízo ou fora dele, perante toda e qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, incluindo, qualquer instituição financeira, agência governamental, órgão público federal, estadual ou municipal, Prefeituras, empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a Caixa Econômica Federal, as Secretarias da Receita Federal, Estadual e Municipal, as autoridades aduaneiras, a Polícia Federal, o Banco Central do Brasil e suas agências reguladoras, todos os órgãos dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, tribunais administrativos e equiparados.
- e) As **PARTES** reconhecem e acordam que, adotarão a mesma diligência na condução de seus próprios negócios, e não estarão atuando em nome próprio, mas em nome de cada **PARTE** do **CONSÓRCIO** na proporção da respectiva participação no **CONSÓRCIO**, conforme definido na **CLÁUSULA QUARTA – DAS PARTICIPAÇÕES.**

CLÁUSULA SEXTA – DO FATURAMENTO, RECEITAS E DESPESAS.

- a) O faturamento do serviço será efetuado de acordo com a Legislação vigente.
- b) O **CONSÓRCIO** terá contabilidade própria para escrituração de todas as receitas e despesas relacionadas com a execução do objeto deste instrumento, a qual será utilizada para dar suporte à contabilidade legal de cada consorciada.
- c) A receita operacional do **CONSÓRCIO** consiste nos pagamentos efetuados pela **Prefeitura Municipal de Saquarema** ao **CONSÓRCIO** em função do progresso na execução do serviço, nos termos e condições estabelecidos no Contrato celebrado com a **Prefeitura Municipal de Saquarema** (a "Receita Operacional do Consórcio"), o resultado de aplicações financeiras dos recursos disponíveis nas contas do **CONSÓRCIO** (a "Receita Financeira do Consórcio") será adicionado a Receita Operacional do Consórcio na determinação da receita total do **CONSÓRCIO** (a "Receita Total do Consórcio").
- d) Os custos operacionais do **CONSÓRCIO** consistem em todas as despesas diretas e indiretas incorridas na execução do Contrato celebrado com a **Prefeitura Municipal de Saquarema** pelas **PARTES** a partir da data de assinatura deste **CONTRATO** (exceto em relação às despesas incorridas com assessoria jurídica contenciosa anteriormente a assinatura deste para assegurar a celebração do Contrato celebrado com a **Prefeitura Municipal de Saquarema**), e serão rateados entre as **PARTES** na mesma proporção de sua respectiva Participação no **CONSÓRCIO**.
- e) Para efeito de cômputo dos Custos do **CONSÓRCIO**, fica desde já estabelecido que, em caso de alocação parcial de funcionários e/ou equipamentos ao **CONSÓRCIO**, os respectivos custos somente serão cobertos na mesma proporção do tempo em que os mesmos permanecerem efetivamente dedicados ao **CONSÓRCIO**.
- f) O resultado do **CONSÓRCIO** é determinado pela dedução dos Custos do Consórcio da Receita Total do Consórcio (o "Resultado do Consórcio").
- g) Com a finalidade de facilitar a gestão e os fluxos financeiros entre as **PARTES** e terceiros no âmbito do **CONSÓRCIO**, será estabelecida uma conta corrente em nome do **CONSÓRCIO**.
- h) Todas as movimentações bancárias serão efetuadas exclusivamente pelos representantes legais da **FORÇA AMBIENTAL LTDA.**, conforme estabelecido no contrato social.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSORCIO LIMP LAGOS
Nire: 33500034491

Protocolo: 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento: 33500034491 - 31/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

- i) A participação nas perdas e nos lucros será definida pelas **PARTES** e não será necessariamente proporcional à participação, mencionada na alínea "a" da **CLÁUSULA QUARTA**

- j) Os aportes de recursos financeiros serão realizados pelas **PARTES**, quando necessários à execução do **CONTRATO**, mediante celebração do respectivo termo de aporte de capital ao **CONSÓRCIO**, que sempre será subscrito pelos representantes das **PARTES**.

- k) Caso qualquer das **CONSORCIADAS** deixe de cumprir tempestivamente suas obrigações legais e/ou contratuais, a outra **CONSORCIADA** poderá, facultativamente, a seu exclusivo critério, de forma alternativa ou cumulativa: (i) cumprir a obrigação inadimplida, revertendo à receita total correspondente ao cumprimento da obrigação assumida da **CONSORCIADA** inadimplente, a seu favor; (ii) fica a **CONSORCIADA** inadimplente obrigada a remunerar de forma compensatória os valores correspondentes a encargos moratórios de 5% (cinco) por cento ao mês e de multa moratória no valor correspondente a 10% (dez por cento) aplicados sobre o valor total da receita revertida a favor da **CONSORCIADA** adimplente, ou seja, que assumiu a obrigação.

CLÁUSULA SÉTIMA - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES.

- a) Todos os tributos, tais como PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e ISS, que incidam sobre a Receita total do **CONSÓRCIO**, serão recolhidos no âmbito do **CONSÓRCIO** e em nome de cada uma das **PARTES**, na proporção da respectiva participação de cada **CONSORCIADA** e de acordo com o regime tributário das partes
- b) Cada uma das **PARTES** será responsável pela parcela correspondente à respectiva Participação no **CONSÓRCIO** dos demais tributos incidentes sobre as operações contempladas pelas atividades do **CONSÓRCIO**.
- c) As contribuições tais como o INSS, serão calculadas e recolhidas nos moldes acima.

CLÁUSULA OITAVA - DA DISSOLUÇÃO.

- ii) O **CONSÓRCIO** será dissolvido de pleno direito mediante o acerto final de contas realizado e assinado pelas **PARTES**, na ocorrência de uma das condições abaixo, observando, porém, o disposto na **CLÁUSULA SÉTIMA - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES**.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa CONSORCIO LIMP LAGOS

Nire 33500034491

Protocolo 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO

Autenticação C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento 33500034491 - 31/05/2017

Bernardo F. S. Benwanger
Secretário Geral

- com a execução total do seu objeto, mediante a emissão pela Prefeitura Municipal de Saquarema do "Termo de Recebimento Definitivo" do serviço, atestando haver o **CONSÓRCIO** cumprido integralmente o **CONTRATO** e seus eventuais Termos Aditivos

- no caso de o **CONTRATO** vir a ser extinto por qualquer das formas nele consignada.

- a) Na hipótese de associação, sob a modalidade de consórcio ora pactuada ser dissolvida, será a mesma liquidada mediante apuração dos seus direitos e obrigações por intermédio de um liquidante, nomeado pelas partes, que agirá no exercício de suas funções, em obediência às disposições legais em conformidade com a orientação do referido Conselho.
- b) Independentemente da ocorrência do disposto nesta cláusula e seus itens, as **PARTES** continuarão solidárias em relação à Prefeitura Municipal de Saquarema durante todo o período em que o **CONSÓRCIO** continuar responsável pelo serviço, como determina o Código Civil Brasileiro, no seu artigo 618.

CLÁUSULA NONA – DA FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO (JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL) E INADIMPLÊNCIA

- a) No caso de decretação judicial de falência de qualquer uma das **PARTES**, esta será automaticamente excluída deste **CONSÓRCIO**, a partir da competente sentença judicial transitada em julgado, passando a parte subsistente a responder integralmente pela execução do **CONTRATO**, assumindo os respectivos direitos e obrigações.
- b) Os direitos e haveres da parte falida, até a data de decretação de falência, serão devidamente apurados por auditoria independente contratada pelo **CONSÓRCIO** ao final do presente contrato, e colocadas à disposição do Administrador.
- c) No caso de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial por qualquer uma das **PARTES**, durante a vigência deste instrumento, a mesma continuará a participar normalmente do **CONSÓRCIO**, desde que esta situação não afete as obrigações e deveres da **PARTE** em recuperação no presente instrumento e que esta cumpra fielmente as obrigações ora assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA AUTORIZAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO

Declararam as **PARTES** que a constituição do **CONSÓRCIO** está devida e regularmente aprovada e autorizada pelos respectivos órgãos estatutários competentes para a alienação de bens do ativo permanente e que nenhuma delas encontra-se sob processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou em regime falimentar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – NOTIFICAÇÕES

Todas as Notificações entre as **PARTES** deverão ser entregues à outra **PARTE** pessoalmente, por e-mail com aviso de recebimento ou enviadas por fac-símile (com cópia de confirmação também enviada por meio de carta registrada), aos cuidados das pessoas e nos endereços abaixo indicados, ou para outras pessoas ou endereços conforme indicado por escrito por cada **PARTE** às outras:

- a) Se para a **FORÇA AMBIENTAL LTDA.** Rua João Francisco de Almeida, nº 1.285
parte - Centro – São João da Barra – RJ, CEP. 28.000-000.
- b) Se para a **CJT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.** Avenida Rio Branco, nº 20,
3º andar - Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP. 20.090-000

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SIGILO

Os dados, conhecimento ou informações técnicas e comerciais revelados por uma **PARTE** à outra serão considerados como sigilosos, devendo ser tratados como estritamente confidenciais, podendo ser revelados a terceiros, também sob condição de sigilo, apenas na medida das necessidades relativas às atividades do **CONSÓRCIO** ou quando sua divulgação for oriunda de determinação legal.

Ajustam ainda as **PARTES** que esta confidencialidade pendurará mesmo após a dissolução do presente **CONSÓRCIO**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – COMPROMISSÓRIA

O **CONSÓRCIO** obriga-se a resolver, por meio de conciliação, mediação ou arbitragem, através de conciliadores, mediadores e árbitros escolhidos de comum acordo, toda e qualquer disputa controversa que possa surgir entre eles, relacionada e oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas neste Instrumento Particular de Constituição de Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÃO À TRANSFERÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NO CONSÓRCIO

- a) Ressalvadas as hipóteses de transferência de Participação no **CONSÓRCIO** previstas neste **CONTRATO**, é vedado às partes ceder, transferir, alienar, gravar ou onerar qualquer direito ou obrigação decorrente de, ou relacionado a, este **CONTRATO**.
- b) As restrições previstas no item acima não se aplicam à cessão e/ou transferência de Participação no **CONSÓRCIO** por qualquer **PARTE** a suas respectivas controladoras,

controladas, coligadas e/ou afiliadas e/ou empresas sob controle comum (uma Parte Relacionada*), desde que as seguintes condições sejam observadas

- A Prefeitura Municipal de Saquarema tenha consentido com a operação;
- A Parte Relacionada cessionária preencha todos os requisitos técnicos e econômicos necessários ao cumprimento do Contrato celebrado com a Prefeitura Municipal de Saquarema;
- A Parte Relacionada cessionária tenha anuído por escrito aos termos e condições do presente CONTRATO, do Contrato celebrado com a Prefeitura Municipal de Saquarema, e de todos os demais instrumentos correlatos, assumindo integralmente as obrigações da PARTE que vier a substituir no CONSÓRCIO;
- A PARTE que estiver cedendo ou transferindo sua Participação no CONSÓRCIO garanta solidariamente as obrigações que venham a ser assumidas pela PARTE Relacionada cessionária nos termos deste CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DECLARAÇÕES E GARANTIAS.

Cada uma das PARTES declara e garante à outra PARTE o quanto segue.

- a) (i) É uma sociedade devidamente organizada, validamente existente e em situação regular segundo as leis do Brasil; (ii) tem poder, autorização e capacidade para celebrar este CONTRATO e cumprir as obrigações dele decorrentes, e (iii) este CONTRATO foi devidamente autorizado e assinado por seu(s) representante(s) legal(is) e constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da PARTE, exequível de acordo com seus termos, exceto na medida em que tal execução possa estar limitada por execução concursal ou processo de insolvência de qualquer natureza;
- b) A celebração deste CONTRATO e o cumprimento pela PARTE de suas obrigações dele decorrentes não constituem violação ou descumprimento de qualquer dispositivo de seus documentos constitutivos ou de qualquer contrato, acordo ou demais instrumentos dos quais a PARTE seja parte ou aos quais a PARTE esteja vinculada, nem constitui violação ou descumprimento de qualquer dispositivo ou condição de qualquer norma jurídica;
- c) Não está inadimplente nos termos de qualquer instrumento de garantia ou empréstimo do qual a PARTE seja parte ou ao qual a PARTE esteja vinculada e não está irregular nos termos de qualquer norma jurídica cujo descumprimento ou violação possa afetar a capacidade da PARTE de cumprir com suas obrigações previstas neste CONTRATO e no Contrato celebrado com a Prefeitura Municipal de Saquarema;
- d) A celebração deste CONTRATO e o cumprimento pela PARTE de suas obrigações dele decorrentes não estão sujeitos a qualquer aprovação, autorização, consentimento

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSORCIO LIMP LAGOS
Nire: 33500034491

Protocolo: 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO

Autenticação: C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento: 33500034491 - 31/05/2017


Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

ou qualquer outro ato de qualquer autoridade governamental, e na medida em que pudessem estar sujeitos, tais autorizações, aprovações e consentimentos foram obtidos anteriormente à assinatura deste **CONTRATO** e continuam válidos e eficazes na data deste **CONTRATO**, e

- e) Não há qualquer litígio, demanda, ação judicial ou administrativa ou investigação pendente ou potencial contra a parte que possa afetar a capacidade da **PARTE** de cumprir com suas obrigações previstas neste **CONTRATO** e no Contrato celebrado com a **Prefeitura Municipal de Saquarema**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FOLHA DE PAGAMENTO

Cada uma das **PARTES** será responsável por todos os pagamentos e encargos devidos a seus respectivos empregados alocados nos serviços estabelecidos na alínea "a" da Cláusula Segunda, eximindo assim, a outra parte de quaisquer responsabilidades trabalhistas, civis e criminais que possam vir a ocorrer, obrigando-se assim, a deixar a outra parte sempre isenta de quaisquer responsabilidades, mesmo que subsidiariamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) Nenhuma das **PARTES** terá o direito de ceder este **CONTRATO** ou qualquer dos direitos ou obrigações aqui contidas sem o prévio consentimento por escrito da outra parte.
- b) Este **CONTRATO** vincula as **PARTES** e seus respectivos sucessores e cessionários a qualquer título.
- c) As **PARTES** admitem e concordam que os direitos e obrigações, e as relações entre as **PARTES** decorrentes deste **CONTRATO**, não constituem qualquer **PARTE** como agente ou mandatário da outra **PARTE**, com exceção expressa ao disposto na Cláusula Quinta.
- d) Caso qualquer das disposições deste **CONTRATO** ou qualquer outro contrato, documento, ou instrumento celebrado de acordo com os termos deste não seja válida e eficaz nos termos da legislação aplicável, tal invalidade ou ineficácia não afetará as disposições remanescentes, que permanecerão válidas e em pleno vigor, exceto se tal disposição afetar substancialmente e adversamente os interesses de qualquer das partes.
- e) As **PARTES** levarão este **CONTRATO** a registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, quando então seus efeitos superarão e prevalecerão em relação a todos os

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSORCIO LIMP LAGOS
Nire 33500034491

Protocolo 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO

Autenticação C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E8619B5937F852C747B39
Arquivamento 33500034491 - 31/05/2017


Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

demais acordos que possam ter existido entre as PARTES em relação à matéria objeto deste.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – LEI APLICÁVEL

Este CONTRATO será regido e interpretado de acordo com as leis brasileiras.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

As PARTES elegem o foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, como o competente para dirimir dúvidas ou controvérsias porventura oriundas ou decorrentes do presente instrumento, com renúncia a qualquer outro, mesmo que privilegiado.

Por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento em (04) quatro vias de igual teor e forma, e para um só efeito jurídico, na presença de suas testemunhas

Rio de Janeiro, 05 de Maio de 2017

FORÇA AMBIENTAL LTDA.

SANDRO PEIXOTO FAILAGE
DIRETOR ADMINISTRATIVO

CJT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

TIAGO OTACILIO DE ALFEU JR.
SÓCIO

DANIEL MATHIAS DE NORONHA
SÓCIO

TESTEMUNHAS

Nome: Marion Rodrigues Mariano de Sá
CPF: 021 487 797-37

Nome: Bernardo Siqueira Ramiro
CPF: 117 748.307-60

Visto do Advogado:

Silvio A. Graça Araújo.
OAB/RJ: 23.833

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CONSORCIO LIMP LAGOS
Nire: 33500034491

Protocolo 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO

Autenticação C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento 33500034491 - 31/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

00-2017/177310-1
JUCERJA

24 mai 2017 16:00
Guia: 102334704

Atos: 102

CONSORCIO LIMP LAGOS

HASH: M17051773101Q

Comprim a exigência no Junta - Calculado: 554,00 Pago: 554,00
mesmo local de entrada DNRC - Calculado: 21,00 Pago: 21,00

ULT ARQ

DEFENSORIA DE MARICA
au nº 23251/2014
de início: 16/10/24
Pb: 182

RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA: 24h DE NOTAS - JOSE MARIO P. PINTO
A(S) FIRMA(S) DE: Av. Alameda Barroso, 139 C - (21) 3553-6020
DANTE MATHIAS DE MOURA
Valor total: 7,11
Rio de Janeiro, 05/05/2017. - MARLON ENILTO MORAES
ECR025631-SOP
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA: 24h DE NOTAS - JOSE MARIO P. PINTO
A(S) FIRMA(S) DE: Av. Alameda Barroso, 139 C - (21) 3553-6020
TIAGO OTACILIO DE ALFEU JUNIOR
Valor total: 7,11
Rio de Janeiro, 05/05/2017. - MARLON ENILTO MORAES
ECR025624-TZC
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA: 24h DE NOTAS - JOSE MARIO P. PINTO
A(S) FIRMA(S) DE: Av. Alameda Barroso, 139 C - (21) 3553-6020
SANDRO PEIXOTO FAIARRE
Valor total: 7,11
Rio de Janeiro, 05/05/2017. - MARLON ENILTO MORAES
ECR025620-PFG
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa CONSORCIO LIMP LAGOS
Nire 33500034491

Protocolo 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO

Autenticação: C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento 33500034491 - 31/05/2017


Demétrio F. S. Barwanger
Secretário Geral

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

Inscrição nº: 232.51/2029
Data Início: 26/10/24
Folha: 188

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

CÓDIGO DE ACESSO

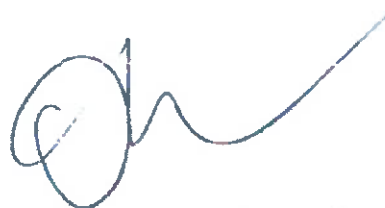
RJ.42.91.46.93 - 00.085.636.045.700

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)
CONSORCIO LIMP-LAGOSNº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
00000000

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

101 Inscrição de primeiro estabelecimento
Quadro de Sócios e Administradores - QSA


03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ☒ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável☐ PrepostoNOME
SANDRO PEIXOTO FAILAGECPF
856.360.457-00

LOCAL E DATA

Campos RJ 22/05/2017

ASSINATURA (com firma reconhecida)

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA UNIDADE
CADASTRADORA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONSORCIO LIMP LAGOS

Nire: 33500034491

Protocolo: 0020171773101 - 24/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 30/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO

Autenticação: C85CFF6480FD4139BBECCFDC69890C6E528D8A58986E861985937F852C747B39

Arquivamento: 33500034491 - 31/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-RJ

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

109080/2022

Atividade em andamento

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 23291/2024
Data de Início: 16/10/24
Assinatura: [assinatura]

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº1.025, de 30 de Outubro de 2009, do Conselho que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro - Crea-RJ, o Acervo Técnico do profissional RODOLFO MOULIN PINHEIRO referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **RODOLFO MOULIN PINHEIRO**.....

Registro: **2007134217** RNP: **2004632780**.....

Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

ART Nº **OL00603653** - de 08/05/2017 Tipo de registro: **OBRA OU SERVICO**.....

Baixada em: **21/11/2022** por: **CONCLUSAO**.....

Executante: **FORÇA AMBIENTAL LTDA** Registro: **2014201521**.....

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA**.....

Endereço: **RUA CORONEL MADUREIRA 77 - CENTRO**.....

SAQUAREMA RJ.....

Atividade Técnica:

(1): **COORDENACAO TECNICA**.....

(2): **DIRECAO DE SERVICO TECNICO**.....

(3): **SUPERVISAO TECNICA**.....

Especificação da Atividade:

(1): **CONSERVACAO**.....

(2): **LIMPEZA**.....

(3): **SANEAMENTO**.....

Complemento:

(1): **LIXO**

(2): **RESIDUO**

Informação Complementar:

SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES,

OPERAÇÃO E REMEDIAÇÃO DO VAZADOURO; COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO,

TRITURAÇÃO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE RESTRITO AO GRUPO

"D"(RESÍDUOS COMUNS) E DESOBSTRUÇÃO DE REDES E GALERIAS PLUVIAIS.

REFERENTE AO CONSÓRCIO LIMP - LAGOS EM SAQUAREMA NA PROPORÇÃO DE 90%.

PROC. ADM. Nº 3353/2017.

Nº do contrato: **033/17**.....

Data de Início: **01/05/2017**.....

Situação: **Atividade Em Andamento**.....

Valor de Contrato/Honorário: **R\$ 10.728.838,56**.....

Endereço: **DIVERSOS LOGRADOUROS S/Nº - DIVERSOS BAIRROS**.....

SAQUAREMA RJ.....

(CONTINUA)



PREFEITURA DE MARICÁ
CAT Nº 23291/2024
de início: 26/10/24
MRO

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 109080/2022)

ART Nº 2020180082876 - de 17/05/2018 Tipo de registro: OBRA OU SERVICO.....
Baixada em: 21/11/2022 por: CONCLUSAO.....
Executante: FORÇA AMBIENTAL LTDA Registro: 2014201521.....
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA.....
Endereço: RUA CORONEL MADUREIRA 77 - CENTRO.....
SAQUAREMA RJ.....
Atividade Técnica:
(1): COORDENACAO TECNICA.....
(2): DIRECAO DE SERVICO TECNICO.....
(3): SUPERVISAO TECNICA.....
Especificação da Atividade:
(1): CONSERVACAO.....
(2): LIMPEZA.....
(3): SANEAMENTO.....
Complemento:
(1): LIXO
(2): RESIDUO
Informação Complementar:
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 00.38/2017, RENOVAÇÃO CONTRATUAL COM
ACRÉSCIMO DE VALOR E COM PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 12 (DOZE) MESES A ..
PARTIR DE 28/04/2018 COM TÉRMINO PREVISTO PARA 27/04/2019. REFERENTE AO ...
CONSÓRCIO LIMP-LAGOS EM SAQUAREMA NA PROPORÇÃO DE 90%. PROC. ADM. Nº
3353/2017.
Nº do contrato: 033/17.....
Quantificação: 1,00 OUT.....
Data de Início: 28/04/2018.....
Situação: Atividade Em Andamento.....
Valor de Contrato/Honorário: R\$ 11.137.452,72.....
Endereço: DIVERSOS LOGRADOUROS S/Nº - DIVERSOS.....
SAQUAREMA RJ.....
Vinculada a ART principal Nº: 2020180082841 - Data de Pagamento: 17/05/2018.....
Profissional: HUGO AQUINO NETO.....
RNP: 2010863127 ENGENHEIRO CIVIL
.....
Vinculada a ART Nº: 2020180082841 por participação técnica: CORRESPONSAVEL.....
Data de Pagamento: 17/05/2018.....
Profissional: HUGO AQUINO NETO.....
RNP: 2010863127 ENGENHEIRO CIVIL

(CONTINUA)



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-RJ

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

109080/2022

Atividade em andamento

PREFEITURA DE MARICÁ
Início: 23/25/2024
Data de Início: 16/10/24
Assinatura: [assinatura]
Data: 19/11

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 109080/2022)

ART Nº 2020190093165 - de 07/05/2019 Tipo de registro: OBRA OU SERVICO.....
Baixada em: 21/11/2022 por: CONCLUSAO.....
Executante: FORÇA AMBIENTAL LTDA Registro: 2014201521.....
Tipo Contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO.....
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA.....
Endereço: RUA CORONEL MADUREIRA 77 - CENTRO.....
SAQUAREMA RJ.....
Finalidade: SANEAMENTO BÁSICO.....
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA.....
Atividade Técnica:
(1): COORDENACAO TECNICA.....
(2): DIRECAO DE SERVICO TECNICO.....
(3): SUPERVISAO TECNICA.....
Especificação da Atividade:
(1): CONSERVACAO.....
(2): LIMPEZA.....
(3): SANEAMENTO.....
Complemento:
(1): LIXO
(2): RESIDUO
Informação Complementar:
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 00.38/2017, RENOVAÇÃO CONTRATUAL COM
ACRÉSCIMO DE VALOR E COM PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 12 (DOZE) MESES A ..
PARTIR DE 28/04/2019 COM TÉRMINO PREVISTO PARA 27/04/2020. REFERENTE AO ...
CONSÓRCIO LIMP-LAGOS EM SAQUAREMA NA PROPORÇÃO DE 90%. PROC. ADM. Nº
3353/2017.
Nº do contrato: 033/17.....
Quantificação: 1,00 OUT.....
Data de Celebração: 28/04/2017.....
Data de Início: 28/04/2019.....
Situação: Atividade Em Andamento.....
Valor de Contrato/Honorário: R\$ 11.534.964,00.....
Endereço: DIVERSOS LOGRADOUROS S/Nº - DIVERSOS.....
SAQUAREMA RJ.....
Vinculada a ART Nº: 2020190091027 por participação técnica: CORRESPONSAVEL.....
Data de Pagamento: 07/05/2019.....
Profissional: HUGO AQUINO NETO.....

(CONTINUA)

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 109080/2022)

REFEITURA DE MARICA
 Cau nº. 23251/2024
 de Início: 16/10/24
 Data: 17/10/24

RNP: 2010863127 ENGENHEIRO CIVIL

ART Nº 2020200076530 - de 27/05/2020 Tipo de registro: OBRA OU SERVICO.....

Baixada em: 21/11/2022 por: CONCLUSAO.....

Executante: FORÇA AMBIENTAL LTDA Registro: 2014201521.....

Tipo Contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO.....

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA.....

Endereço: RUA CORONEL MADUREIRA 77 - CENTRO.....

SAQUAREMA RJ.....

Finalidade: SANEAMENTO BÁSICO.....

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA.....

Atividade Técnica:

(1): COORDENACAO TECNICA.....

(2): DIRECAO DE SERVICO TECNICO.....

(3): SUPERVISAO TECNICA.....

Especificação da Atividade:

(1): CONSERVACAO.....

(2): LIMPEZA.....

(3): SANEAMENTO.....

Complemento:

(1): LIXO

(2): RESIDUO

Informação Complementar:

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 00.38/2017, RENOVAÇÃO CONTRATUAL COM

ACRÉSCIMO DE VALOR E COM PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 12 (DOZE) MESES A ..

PARTIR DE 27/04/2020 COM TÉRMINO PREVISTO PARA 26/04/2021. REFERENTE AO ...

CONSÓRCIO LIMP-LAGOS EM SAQUAREMA NA PROPORÇÃO DE 90%. PROC. ADM. Nº

3353/2017.

Nº do contrato: 033/17.....

Quantificação: 1,00 OUT.....

Data de Celebração: 28/04/2017.....

Data de Início: 27/04/2020.....

Situação: Atividade Em Andamento.....

Valor de Contrato/Honorário: R\$ 13.991.670,41.....

Endereço: DIVERSOS LOGRADOUROS S/Nº - DIVERSOS.....

SAQUAREMA RJ.....

ART Nº 2020210096851 - de 20/05/2021 Tipo de registro: OBRA OU SERVICO.....

Baixada em: 21/11/2022 por: CONCLUSAO.....

(CONTINUA)



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-RJ

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

109080/2022

Atividade em andamento

PREFEITURA DE MARICÁ
Assinatura nº 23231/2024
de início: 16/10/24
Data: 10/3

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 109080/2022)

Executante: FORÇA AMBIENTAL LTDA Registro: 2014201521.....
Tipo Contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO.....
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA.....
Endereço: RUA CORONEL MADUREIRA 77 - CENTRO.....
SAQUAREMA RJ.....
Finalidade: SANEAMENTO BÁSICO.....
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA.....
Atividade Técnica:
(1): COORDENACAO TECNICA.....
(2): DIRECAO DE SERVICO TECNICO.....
(3): SUPERVISAO TECNICA.....
Especificação da Atividade:
(1): CONSERVACAO.....
(2): LIMPEZA.....
(3): SANEAMENTO.....
Complemento:
(1): LIXO
(2): RESIDUO
Informação Complementar:
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 00.38/2017 DE RERRATIFICAÇÃO CONTRATUAL A .
SUPRESSÃO DE ITENS EM 2,44% E ACRÉSCIMO DE ITENS DE 9,34%, REFERENTE AO ...
CONSÓRCIO LIMP-LAGOS EM SAQUAREMA NA PROPORÇÃO DE 90%. PROC. ADMIN. Nº
3353/2017.
Nº do contrato: 033/17.....
Quantificação: 1,00 OUT.....
Data de Celebração: 10/02/2021.....
Data de Início: 27/04/2020.....
Situação: Atividade Em Andamento.....
Valor de Contrato/Honorário: R\$ 14.958.176,48.....
Endereço: DIVERSOS LOGRADOUROS S/Nº - DIVERSOS.....
SAQUAREMA RJ.....
Vinculada a ART Nº: 2020200076555 por participação técnica: EQUIPE.....
Data de Pagamento: 27/05/2020.....
Profissional: ALBA DE SOUZA.....
RNP: 2004023953 ENGENHEIRA QUIMICA e ENGENHEIRA DE SEGURANCA DO TRABALHO
ART Nº 2020210096937 - de 20/05/2021 Tipo de registro: OBRA OU SERVICO.....
Executante: FORÇA AMBIENTAL LTDA Registro: 2014201521.....

(CONTINUA)

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 109080/2022)

REFEITURA DE MARICÁ
Ordem nº 23251/2024
Data de Início: 16/10/24
MS

SAQUAREMA RJ.....

Finalidade: SANEAMENTO BÁSICO.....

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA.....

Atividade Técnica:

(1): COORDENACAO TECNICA.....

(2): DIRECAO DE SERVICO TECNICO.....

(3): SUPERVISAO TECNICA.....

Especificação da Atividade:

(1): CONSERVACAO.....

(2): LIMPEZA.....

(3): SANEAMENTO.....

Complemento:

(1): LIXO

(2): RESIDUO

Informação Complementar:

3 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 00.38/2017, COM ACRESCIMO DE VALOR

REFERENTE AO CONSORCIO LIMPLAGOS EM SAQUAREMA NA PROPORCAO DE 90%. PROC. ...

ADM. N° 3353/2017

Nº do contrato: 033/17.....

Quantificação: 1,00 OUT.....

Data de Celebração: 01/05/2017.....

Data de Início: 28/04/2019.....

Situação: Atividade Em Andamento.....

Valor de Contrato/Honorário: R\$ 13.474.528,05.....

Endereco: DIVERSOS LOGRADOUROS S/Nº - DIVERSOS.....

SAQUAREMA RJ.....

Vinculada a ART principal N°: 2020190093165 - Data de Pagamento: 07/05/2019.....

Profissional: RODOLFO MOULIN PINHEIRO.....

RNP: 2004632780 ENGENHEIRO CIVIL

Vinculada a ART Nº: 2020170091025 por participação técnica: CORRESPONSÁVEL.....

Data de Pagamento: 14/09/2017.....

Profissional: HUGO AQUINO NETO.....

RNP: 2010863127 ENGENHEIRO CIVIL

RESSALVAS:

O Atestado em anexo não confere reconhecimento de habilitação profissional para ...

o(s) serviço(s) referente(s) a ENGENHARIA QUÍMICA [COLETA , TRANSPORTE E DESTINAÇÃO

(CONTINUA)



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-RJ

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

109080/2022

Atividade em andamento

DEFETURA DE MARICA
Quadro nº 23251/2024
Data de Início: 16/10/24
Folha nº 106

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 109080/2022)

FINAL DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS E DE SAÚDE, INCLUINDO OS RESÍDUOS PROVENIENTES DE ...
CEMITÉRIO; TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS PERCOLADOS - CHORUME]; ENGENHARIA
AGRONÔMICA [DESMATAMENTO] E GEOLOGIA [PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS DE
MONITORAMENTO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS] o(s) qual(is) e(são) atribuição(es) que
exige(m) responsabilidade Técnica de um ENGENHEIRO QUÍMICO, ENGENHEIRO AGRÔNOMO E .
GEÓLOGO

OBSERVAÇÕES:
A ATIVIDADE DE OPERAÇÃO REMEDIAÇÃO E ENCERRAMENTO DO LIXÃO FOI SUBCONTRATADA À
UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CONFORME CONTRATO 003/152/2021 ..
ARTS 2020220135940 E 2020220135928. ESTA CERTIDÃO REFERE-SE AOS SERVIÇOS
REALIZADOS PARCIALMENTE CONFORME PERÍODO OU QUANTITATIVOS CONSTANTES DO ATESTADO ...
ANEXO.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT,
com ressalvas e observações, o atestado contendo 5 folha(s), expedido pelo contratante da
obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele
constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 109080/2022

Emitida às: 25/11/2022 16:49 (hora de Brasília)

Código de controle do comprovante: 0.5568113372320259

Rio de Janeiro, 25 de Novembro de 2022

LETICIA TEIXEIRA MOLINARI GENTIL
Coordenadora de Acervo Técnico - Mat. 1175
(POR DELEGAÇÃO)

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-RJ (www.crea-rj.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Transporte e Serviços
Públicos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

Atestado de Capacidade Técnica

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **FORÇA AMBIENTAL LTDA** sediada à Rua João Francisco de Almeida nº 1285/Parte, Centro - São João da Barra - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.217.115/0001-40 tendo como Responsáveis Técnicos perante o CREA/RJ, os Engenheiro Civis **Rodolfo Moulin Pinheiro** – CREA/RJ nº 2007134217 e **Rafael Andrade Barbosa Silva** – CREA/RJ nº 2016102727 e **Hugo Aquino Neto** CREA/RJ nº 2002105760 e a Engenheira Química **Alba de Souza** – CREA/RJ nº 2007121221 e a empresa **CJT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, sediada à Av. Rio Branco, nº 20 / 3º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 08.289.424/0001-20, tendo como Responsáveis Técnicos, os Engenheiros Civis: **Clóvis Noronha Ferreira Júnior**, CREA/RJ nº 1982101675 e o **Tiago Otacilio de Alfeu Júnior**, visto CREA/RJ nº 1991102804, executou e vem executando para a o **MUNICÍPIO DE SAQUAREMA - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.147.670/0001-21, com sede na Rua Coronel Madureira, 77 - Centro Saquarema/RJ, através da **Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos**, com bom desempenho e dentro dos prazos e padrões de qualidade estabelecidos os “**Serviços de Coleta e transporte dos Resíduos Sólidos Domiciliares, Operação e Remediação do Vazadouro; coleta, transporte, tratamento, trituração e disposição final de Resíduos de Saúde e desobstrução de redes e galerias pluviais** no Município de Saquarema, conforme **Contrato de Prestação de Serviços nº 033/17**, assinado entre o Município de Saquarema e o **CONSÓRCIO LIMP-LAGOS**, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituído pelas empresas **FORÇA AMBIENTAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.217.115/0001-40 (participação de 90%), e **CJT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.289.424/0001-20 (participação de 10%), iniciado em 01º de maio de 2017, com prazo previsto de 12 (doze) meses, tendo sido prorrogado até a presente data.

Dados Contratuais:

- Contrato de Prestação de Serviços nº 033/17
- Concorrência Pública nº 001/2017
- Processo Administrativo nº 3353/2017



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Transporte e Serviços
Públicos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

- Valor Contratual: R\$ 10.728.838,56 (dez milhões, setecentos e vinte e oito mil, oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos)
- Prazo Contratual: 12 (doze) meses.
- Ordem de Início nº 001/2017 – 01/05/2017.

Os referidos serviços têm sido executados satisfatoriamente.

O valor do contrato é de R\$ 10.728.838,56 (dez milhões, setecentos e vinte e oito mil, oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos), o qual sofreu alterações nos quantitativos e prazos em virtude das novas necessidades do Município, tendo sido aditivado da seguinte forma:

1º Termo Aditivo – Prorrogação contratual em 27 de abril de 2018, pelo período de mais 12 (doze) meses, de 28/04/2018 a 27/04/2019 e Reajustamento Contratual com acréscimo no valor do contrato, ficando o valor do contrato readequado em R\$ 11.137.452,72 (onze milhões, cento e trinta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos);

2º Termo Aditivo – Prorrogação contratual em 26 de abril de 2019, pelo período de mais 12 (doze) meses, de 28/04/2019 a 27/04/2020 e Reajustamento Contratual com acréscimo no valor do contrato, ficando o valor do contrato readequado em R\$ 11.534.964,00 (onze milhões, quinhentos e trinta e quatro mil e novecentos e sessenta e quatro reais);

3º Termo Aditivo – Acréscimo no valor do contrato em R\$ 1.939.564,05 (um milhão, novecentos e trinta e nove mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e cinco centavos), ficando o valor do contrato atualizado em R\$ 13.474.528,05 (treze milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinco centavos);

4º Termo Aditivo – Prorrogação contratual em 20 de abril de 2020, pelo período de mais 12 (doze) meses, de 27/04/2020 a 26/04/2021 e Reajustamento Contratual com acréscimo no valor do contrato, ficando o valor do contrato readequado em R\$ 13.991.670,41 (treze milhões, novecentos e noventa e um mil, seiscentos e setenta reais e quarenta e um centavos);

5º Termo Aditivo – Acréscimo no valor do contrato em R\$ 966.506,07 (novecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e seis reais e sete centavos), ficando o valor do contrato atualizado em R\$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Transporte e Serviços
Públicos



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

14.958.176,48 (quatorze milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, cento e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos);

6º Termo Aditivo – Prorrogação contratual em 22 de abril de 2021, pelo período de mais 12 (doze) meses, de 27/04/2021 a 26/04/2022 e Reajustamento Contratual com acréscimo no valor do contrato, ficando o valor do contrato readequado em R\$ 15.837.048,97 (quinze milhões, oitocentos e trinta e sete mil, quarenta e oito reais e noventa e sete centavos);

Os serviços vêm sendo executados dentro dos padrões de qualidade estabelecidos, em exato cumprimento às obrigações contratuais assumidas, e desta forma a contento; com as seguintes descrições, unidades e quantidades que se referem aos serviços executados de 01 de maio de 2017 até 31 de outubro de 2021:

1. PLANILHA CONTRATUAL

1.1. Planilha de serviços realizados (de 01/05/2017 a 31/10/2021):

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1	Coleta e transporte de Resíduos Domiciliares	ton	121.101,99
2	Coleta, transporte, tratamento, trituração e disposição final de Resíduos de saúde	ton	135,07
3	Desobstrução de redes e galerias pluviais	h	20.736,00
4	Operação e Remediação do vazadouro	ton	239.513,26

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS:

- Execução de serviços de engenharia, com equipe especializada, supervisão e orientação para coleta, transporte e destinação final de 2.286,75 toneladas mensais de resíduos sólidos urbanos, domiciliares, provenientes de feiras livres, mercado, comércio, indústrias, áreas de difícil acesso, incluindo grandes geradores e empresas de grande porte, com limpeza, manutenção e conservação pública de vias e logradouros, executada em toda a extensão municipal, realizada com 10 (dez) caminhões compactadores de lixo com capacidade de até 19m³, dotados de computadores de bordo e com monitoramento através de GPS, e equipados com dispositivos de pulverização para controle de odores, além de 02 (dois) caminhões basculantes com capacidade de até 15m³ para apoio e auxílio neste tipo de serviço.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Transporte e Serviços
Públicos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

- Coleta, acondicionamento, manuseio, estocagem, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde, incluindo os resíduos provenientes dos cemitérios municipais (ossadas, restos mortais, resíduos de exumação, etc...), com sistema de gerenciamento dos serviços executados com veículo fechado, hermeticamente estanque e com acondicionamento deste tipo de resíduo em recipientes que atendem às normas NBR 9 190 e 9.191da ABNT e Resolução 275/01 do Conama, além de rastreamento e monitoramento do veículo através de GPS e GSM.

Nota técnica complementar: Os controles e programações das rotas realizadas tanto pelos caminhões compactadores quanto pelo veículo utilitário fechado são realizados através da base cartográfica do município com auxílio de *softwares* específicos para computador.

- Execução de serviços de desobstrução, remoção de detritos e lavagem para limpeza hidrodinâmica utilizando equipamento de alta pressão através de hidrojateamento combinado a sucção a vácuo. Além de desobstruções de redes de esgoto, redes de águas pluviais, galerias, poços e caixas de gordura executados com equipamento tipo *sewer jet* e *vac-all*.
- Equipe devidamente treinada e especializada para combate a pandemia com a mobilização de 2 diferentes equipes distribuídas no município através dos serviços de higienização, desinfecção, limpeza, lavagem e esterilização com produto à base de amônia quaternária e cloro granulado diluído, nas áreas com maior fluxo de pessoas e veículos, as equipes são compostas por 2 caminhões tanque, 4 funcionários devidamente uniformizados e utilizando os EPIs de acordo com as normas vigentes para o serviço realizado.
- Operação, implantação e Remediação de local de destinação final de resíduos através de diversos serviços, os quais merecem destaque:
 - Desmatamento, limpeza, cercamento e controle de acesso do terreno;
 - Execução e manutenção de vias de acessos secundários;
 - Preparação, operação e manutenção de célula para disposição de resíduos sólidos urbanos;
 - Conformação de platôs e taludes;
 - Sistema de drenagem de águas superficiais;
 - Sistema de drenagem e tratamento de efluentes líquidos percolados (chorume);
 - Sistema de drenagem e queima de gás;
 - Interligação da célula central de resíduos com a lagoa de acúmulo de chorume;
 - Acompanhamento da evolução da operação e remediação do aterro com equipe topográfica;
 - Monitoramento geotécnico dos marcos superficiais e piezômetros;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Transporte e Serviços
Públicos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E ALTERNATIVAS

- Monitoramento das águas superficiais e subterrâneas;
- Controle de entrada de quantitativo de resíduos sólidos urbano através de pesagem com balança rodoviária e emissão de ticket.

Saquarema, 23 de novembro de 2022.

Marcelo Amorim de Oliveira
Diretor de Transportes e Serviços Públicos
Mat. 959628

Lindonor Ferreira Rezende da Rosa
Secretário de Transportes e Serviços Públicos
Mat. 9496860

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <https://docflow.crea-rj.org.br/docflow/digitalSignChecker.jsf> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: NOLC-OXVN-PHE8-0QKU



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/02/2023 é(são) :

- Leticia Teixeira Molinari Gentil - 25/11/2022 20:40:44 (Certificado Digital)